SEXTA-FEIRA ■ MACEIÓ - ALAGOAS - 23 DE MAIO DE 2025 - Nº 4.870 - R$ 4,00

JORGRAF

TRIBUNA INDEPENDENTE

tribunahoje.com

CHUVAS

Governo decreta situação de emergência em seis municípios

O vice-governador Ronaldo Lessa, no exercício do governo, decretou ontem situação de emergência em seis municípios alagoanos atingidos duramente pelas chuvas. O ministro Wellington Dias, do Desenvolvimento, prometeu ajuda. PÁGINA 9

EDILSON OMENA



FAZENDO HISTÓRIA

CRB elimina o Santos de Neymar em noite de Matheus Albino

Nem a volta de Neymar salvou o Santos da eliminação da Copa do Brasil, ontem, no Estádio Rei Pelé. O jogo terminou 0x0 e a decisão foi para os pênaltis. Matheus Albino, que brilhou na partida, defendeu a última cobrança, batida por Zé Ivaldo, e garantiu ao CRB o emnolso de R$ 3,6 milhões. Agora Alagoas comemora a classificação de seus dois mais tradiconais times às oitavas de final da competição, uma vez que o CSA eliminou o Grêmio e também avançou na competição. PÁGINA 8

TJ/AL descarta provas da CPI e da Justiça holandesa contra a Braskem

Para desembargadores, elas não podem ser utilizadas para reabrir discussão do mérito de ações

A 4ª Turma Cível do Tribunal de Justiça de Alagoas ignorou provas incluídas nos processos contra a Braskem que tramitam no Judiciário estadual. Os desembargadores consideraram que as provas contidas no relatório final da CPI da Braskem, entregue há um ano com detalhamento dos crimes ambientais admitidos pela própria mineradora, não podem ser utilizadas para reabrir a discussão de mérito das ações. Eles também desconsideraram o resultado do julgamento da Justiça da Holanda, que em julho de 2024 condenou a mineradora e determinou o pagamento de indenizações às vítimas. Advogados das famílias desalojadas pela mineração predatória de sal-gema tentam reverter pontos do acordo de indenização. Novos recursos estão previstos para análise nas próximas semanas. PÁGINA 5

MINISTÉRIO PÚBLICO

Mais de 3.600 crianças foram vítimas de estupros em Alagoas entre 2014 e 2022

Em Maceió, foram contabilizados 277 estupros de crianças de até 12 anos de idade. Mas os números, segundo a promotora de Justiça Viviane Farias, podem ser maiores, inclusive no interior do Estado, em razão da subnotificações de casos, "seja por medo ou qualquer outra circunstância". De acordo com o Anuário da Violência de 2024, de 2011 a 2023 aumentou em 95% o número de casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes. PÁGINA 10



COMUNICAÇÃO

Alagoas alcança destaque nacional com a proposta inovadora da Secom

PÁGINA 3

AGÊNCIA ALAGOAS



EXPLOSIVISTA

Bope realiza treino de agentes para desativação de artefato explosivo

O Esquadrão Antibombas do Batalhão de Operações Especiais (Bope) da Polícia Militar treina com intensidade atendimento de ocorrências que envolvam uso de artefatos explosivos ou necessidade de intervenções visando eliminar ou minimizar o potencial risco oferecido por bombas e outros dispositivos. PÁGINA 11

POLÍCIA FEDERAL

Presidente do Sindicato da PF em Alagoas é preso acusado de dar calote em bar de Brasília

PÁGINA 7

EQUATORIAL

Vereadores querem convocar direção para falar sobre quedas de energia

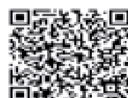
PÁGINA 2

ATROCIDADES

Comissão pede desculpa e anistia Dilma por violações na ditadura militar

PÁGINA 8

sDoc
JORNAL TRIBUNA INDEPENDENTE
Assinado de forma digital por: JORGRAF-Coop. De Prod. E Trab. De Jornalistas e Gráficos do Estado de Alagoas – Tribuna Independente – CNPJ Nº 08.951.056/0001-33 – José Paulo Gabriel dos Santos – CPF Nº 087.567.594-87
ICP Brasil



Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Tribuna Independente (JORGRAF) de circulação diária em bancas de jornais e assinantes. A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou no domínio: www.tribunaindependente.com.br

TRIBUNAHOJE.com



ESPLANADA

LEANDRO MAZZINI - contato@colunaesplanada.com.br



Faroeste baiano

A Polícia Federal vai entrar forte na investigação e não vai deixar barato para o bando do braço da facção Comando Vermelho no Sul da Bahia diante de um crime aterrorizante. Dados das investigações preliminares que chegaram a Brasília apontam que 21 homens, num comboio, metralharam o carro do diretor do presídio de Eunápolis, na terça-feira (20), no fim da tarde. O alvo seria o diretor do presídio, Jorge Magno Alves, que não estava no carro. O motorista foi atingido por alguns disparos e está internado em estado grave. O diretor Jorge Alves substituiu a antecessora Joneuma Silva Neres, afastada sob denúncia de ligação com os bandidos no presídio.

NOVA ROTA

Diante da lei do Governo da Itália que dificultou a obtenção de cidadania italiana por brasileiros com ascendentes no país, muitos por aqui já negociam o visto para cidadania nos Emirados Árabes. A turma quer morar, investir, trabalhar. Eron Falbo, diretor da plataforma de migração global Multipolitan, afirma que os vistos para Dubai (onde já moram 10 mil brazucas) e Abu Dhabi são mais emitidos e duram de dois a 10 anos.

QUE GRAÇA TEM??



Enquanto o ex-agente do governo dos EUA Tim Ballard falava na Comissão de Relações Exteriores da Câmara sobre o tráfico de crianças brasileiras e o preço de um coração infantil no mercado – US$ 250 mil – dois deputados do PT riam. Já o deputado Luiz Philippe (PL-SP) revelou que 42 Projetos de Lei que tratam do combate ao tráfico humano – alguns com mais de 20 anos – estão parados na Mesa da Câmara.

CARTEIRADA DEU RUIM!

A PF foi tomada por grande constrangimento sobre o caso do agente Eduardo Tavares Mendes Júnior, de Alagoas, preso em Brasília ao se recusar a pagar conta de chope, revelação de Carlos Carone, do "Metrópoles". A Coluna descobriu que ele preside associação de policiais em Maceió e seu pai é um político, procurador e ex-prefeito de Traipu. Eduardo pediu apoio das associações da PF em Brasília, mas foi desdenhado.

ABRINDO AS PORTAS

Na próxima semana, a Comissão de Relações Exteriores do Senado terá sessão para sabatinar apenas mulheres indicadas para o cargo de embaixadoras. De acordo com Nelsinho Trad (PSD-MS), a pressão do Senado funcionou e o Itamaraty acatou a sugestão. No entanto, nenhum dos postos é de primeira linha. Daniella Menezes, para a Malásia; Maria Elisa de Luna, para Granada; e Vivian Sanmartin, para o Camboja.

FLORESTA GRITA

Na esteira do futuro presídio na floresta da Guiana Francesa, para abrigar terroristas e sua pior corja hoje detida na França longe de seu país, a deputada Silvia Waiãpi (PL-AP) propôs Moção de Repúdio à ministra da Justiça francesa Christiane Taubira, por defender que "o mundo inteiro pode decidir sobre o papel da Amazônia". A ideia do presídio foi do presidente Emmanuel Macron.

ESPLANADEIRA

#Centro de Esportes da Comunidade do Leme é inaugurado com patrocínio da Light.

#Editora Colli Books promove, sábado, lançamento do livro "Piquenique", em Brasília.

#Sri Prem Baba lança autobiografia "Em busca da verdade" (Matrix Editora) em SP.

#Espaço BB apresenta evento B + B, com curadoria de Marcia Marschhausen.

#VENDE-C e a Conquer Business School serão patrocinadores Unique do CBTD 2025.

#Parceiros da Educação Rio lança programa de educação antirracista nas escolas públicas cariocas.

Com equipe **DF, SP e Noedeste**
www.colunaesplanada.com.br
contato@colunaesplanada.com.br Twitter **@leandromazzini**

Vereadores criticam serviços da Equatorial

Parlamentares são favoráveis a convocar direção da concessionária para prestar esclarecimentos sobre má prestação de serviços e privatização

EDITORIA DE POLÍTICA
COM ASSESSORIA

A prestação de serviços da Equatorial Energia foi tema de debates críticos durante a sessão de ontem (22), na Câmara de Maceió. O tema foi abordado pelo vereador Allan Pierre (MDB), e contou com a colaboração dos parlamentares ao cobrar maior responsabilidade da empresa. O vereador Rui Palmeira (PSD) sugeriu que a direção da empresa seja convocada a prestar informações ao Legislativo.

"Nos últimos dias em Maceió, com essa chuva que vem causando transtornos, tem acontecido um verdadeiro caos na eficiência energética para o consumidor da capital. São escolas que estão sem aulas, residências e empreendimentos sem energia, tanto na parte baixa quanto no Benedito Bentes, gerando diversos prejuízos. A Equatorial é a concessionária que presta esse tipo de serviço, e tem causado prejuízos não somente nesse período de chuvas", criticou Allan Pierre.

O assunto levado pelo vereador recebeu comentários de outros colegas parlamentares. Para a vereadora Teca Nelma (PT), a Equatorial parece "esquecer quando inicia o período chuvoso em Maceió, e 'fecha o canal de diálogo entre o consumidor' com a empresa".

Já a vereadora Jeannyne Beltrão (PL) comentou que as concessões feitas em Alagoas nos setores de energia elétrica e saneamento básico demonstram que os serviços não estão sendo prestados como deveria. "Hoje nós temos escolas com equipamentos como ar-condicionados, e não se consegue ligar porque a Equatorial não consegue ligar a energia. Enquanto fiscalizadores devemos cobrar da empresa porque a população está sendo a maior prejudicada".

O vereador Cal Moreira (PL) disse que a privatização do serviço foi vendido como uma melhoria para os consumidores, quando a realidade aponta o contrário. A vereadora Silvania Barbosa (Solidariedade) chamou a atenção para o que acontece na descrição dos recibos da conta de energia.

"São várias taxas e encargos que a população precisa saber. Quando faz o somatório, as taxas aumentam os valores da conta de energia. Desde quando a Equatorial se instalou que são as mesmas reclamações e prejuízos causados", disse a parlamentar.

Por fim, o vereador David Empregos (PL) ressaltou que o atendimento da Equatorial para resolver demandas da população não tem funcionado. "A empresa usa até inteligência artificial e não consegue ser resolutiva. Se os órgãos reguladores não cobram da concessionária, nós precisamos mostrar o que está sendo feito de errado", acrescentou.

CHUVAS

Esta semana, devido às fortes chuvas que caíram na capital alagoana, os serviços da BRK Ambiental também foram alvos de críticas dos vereadores na Câmara de Maceió. Os parlamentares lembraram que a população tem sido prejudicada pela falta de água. Somado a este problema, a empresa Equatorial Energia foi citada pelos vereadores porque a distribuição de energia elétrica está comprometida, e a empresa não vem dando qualquer resposta à população.

"A BRK e a Equatorial são empresas 'lixo', Uso este termo mesmo. É um serviço lixo que presta ao consumidor final, que muitas vezes não tem essa voz que nós vereadores temos. Sendo bem sincero, a responsabilidade destas empresas terem sido sucateadas após a privatização, e a população está contra as empresas, mostra que o resultado desses serviços é desastroso e com altas taxas cobradas aos consumidores", criticou o vereador David Empregos.

Apesar dos vários discursos inflamados dos parlamentares, não foi cogitado na sessão de ontem que seja aberta uma Comissão Especial de Investigação (CEI), para cobrar e apurar denúncias de má prestação de serviços realizados pela empresa Equatorial Energia.

Até o fechamento desta edição, a Equatorial não se pronunciou sobre as críticas dos vereadores.

ASSESSORIA



Vereador Rui Palmeira foi um dos críticos aos serviços da Equatorial Energia e sugeriu que a direção da empresa se explique à Câmara

Instituições recomendam reserva de vagas em universidades

Uma recomendação conjunta expedida pelo Ministério Público do Estado de Alagoas (MP/AL), Ministério Público Federal (MPF) e Defensoria Pública Estadual (DP/AL) solicita ao Estado que, em até 30 dias, institua um Grupo de Trabalho e, 90 dias depois, apresente proposta de política de reserva de vagas para o ingresso de estudantes negros, indígenas e quilombolas nos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Estadual de Alagoas (Uneal) e da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal).

A medida tem como referência, principalmente, a Lei 12.711/2012 (Lei de Cotas), além de estar em consonância com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 18, que pretende colocar o combate ao racismo no centro dos esforços para o desenvolvimento sustentável e para o alcance da Agenda 2030.

Por outro lado, já tramita na 61ª Promotoria de Justiça da Capital uma Notícia de Fato (nº 01.2025.00000774-3) que apura a ausência de reserva de vagas destinadas a negros, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência no Edital nº 01/2024, de 25 de novembro de 2024, da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas. Nesse procedimento, a Uncisal informou que, atualmente, a reserva de vagas "é destinada apenas a candidatos que estudaram em escolas da rede pública de ensino, em atenção à Lei Estadual nº 6.542/2004 e que a Lei nº 12.711/2012 só se aplicaria às instituições de ensino federais, entendendo ser necessária lei estadual que trate do tema".

Porém, no entendimento dos MP/AL, MPF e DP/AL, não é necessário que haja uma lei estadual sobre o assunto para que as universidades promovam a política inclusiva. É o que explica a promotora de Justiça dos Direitos Humanos, Alexandra Beurlen, titular da 61a PJC: "Existe sim a possibilidade de aplicação, por analogia, da Lei nº. 12.711/2012, pelos estados e municípios, de modo a dirimir as diferenças raciais socialmente construídas e incentivar o acesso igualitário de toda a sociedade nos equipamentos do poder público".

"Tanto é que várias universidades estaduais já estabeleceram o sistema de reserva de vagas, com base na autonomia universitária, sem lei estadual específica, como por exemplo a Unesp, que adotou o sistema em 2013, sem lei estadual determinando, e a Unicamp, que fez o mesmo em 2017 para valer para o vestibular desde 2019, também sem lei estadual determinando", exemplificou Alexandra Beurlen.

Na recomendação, MP/AL, MPF e DP/AL destacam que "a presença de estudantes de diferentes grupos sociais e étnico-raciais contribui para um ambiente universitário mais diverso e inclusivo, sendo a reserva de vagas considerada uma política afirmativa adequada a reduzir desigualdades no acesso à educação superior".

TIC TAC TIC TAC

POLÍTICA, ARTES, MEMÓRIAS: O TEMPO "RUGE"!

@eniolins.tribuna.com





EM 18 DE MAIO, O ESTADÃO publicou o artigo "Alemanha deve proibir seu segundo maior partido?", cujo bigode é: "O avanço da AfD na Alemanha reabre o debate sobre os limites da tolerância democrática – e evoca as consequências trágicas da hesitação diante do nazismo nos anos 1930". Oliver Stuenkel, o autor, chama a atenção para o dilema do regime democrático ter, ou não, a prerrogativa de colocar na ilegalidade um partido nazifascista. A resposta ulula, óbvia: a democracia deve ilegalizar os partidos nazifascistas, golpistas e assemelhados; trata-se de legítima defesa.

NO CASO EM TELA, o crescimento da Alternativa para a Alemanha (AfD), acende a luz laranja, enrubescendo o resto do mundo. Obteve a segunda maior votação: 20,8%. Führerin Alice Weidel? Não se deve duvidar da capacidade alemã em retomar os passos do Führer Adolf, mas -convenhamos – esta não é, no momento, a principal ameaça nazista no mundo. Na Itália, Giorgia Meloni não arrisca ser aclamada como Duchessa, apesar da montanha de votos conquistados. Mas, como alerta Stuenkel, é necessário berrar, denunciar, para evitar a repetição da vacilada da República de Weimar, nos anos 30, quando permitiu seguir na legalidade um partido baseado no ódio racial, no ultranacionalismo, e na violência como método principal para resolução de conflitos. Entretanto, esses princípios assassinos estão sendo praticados, às escâncaras, noutro local, e não na Europa.

EM ISRAEL, sua forma peculiar de nazismo acelera o extermínio de uma população (nativa) indesejada. Fiel à concepção da "raça superior" o sionismo de extrema-direita considera aquele povo árabe como untermenschen ("subumanos" no linguajar hitlerista). Estima-se que Israel tenha assassinado mais de 50 mil palestinos, desde o início do atual massacre (cuja justificativa foi um ataque do Hamas, que teria assassinado cerca de mil israelenses). Na terça, 20, o Estadão noticiou: "Apesar da entrada altamente limitada de ajuda humanitária na Faixa de Gaza, cerca de 14 mil bebês podem morrer de fome nas próximas 48 horas a contar da manhã desta terça-feira, 20, alertou o subsecretário para temas humanitários da ONU, Tom Fletcher".

ESCANDALOSAMENTE, o mundo tolera a Endlösung der Palästinafrage (Solução Final para a Questão Palestina) imposta por Israel e sua política baseada no ódio racial, no ultranacionalismo, e na violência como método principal para resolução de conflitos A população árabe de Gaza está sendo varrida do mapa com tal velocidade e virulência que o tresloucado Trump já se propôs transformar o atual matadouro de palestinos numa Disneylândia turística de alto luxo. E o Hamas? Apesar de ser justíssima a resistência armada palestina, legítimo direito à autodefesa, toda ação violenta contra o terrorismo israelense é instantaneamente transformada em justificativa pelos sionazistas para violências desproporcionalmente maiores contra o povo palestino indefeso. O caminho correto seria o apontado por Yasser Arafat em sua fase final: ofensiva política ampla, não-violenta, em defesa dos direitos humanos do povo árabe, e pelo estabelecimento do Estado Palestino conforme decisão da ONU. Seria. Mas o fato, cruel, é que está sendo finalizada a total espoliação dos territórios palestinos, e sua população exterminada implacavelmente. Apesar de recentes posicionamentos positivos, mas tardios, como o do governo britânico e do governo espanhol, é escassa a viabilidade de salvamento das vidas árabes que ainda restam nos escombros das regiões massacradas por Israel. Sim, o nazismo e o fascismo estão tendo votos, na Alemanha e na Itália. Mas o campo de extermínio contemporâneo, modelo HH (Hitler-Himmler), está montado na Faixa de Gaza, transformada num misto de Gueto de Varsóvia e Auschwitz–Birkenau. Com uma diferença: este holocausto tem transmissão em tempo real para o resto do mundo.

Governo ganha destaque nacional em comunicação

Em artigo publicado no jornal O Globo, secretário Wendel Palhares aborda consulta pública para critérios democráticos de publicidade institucional

EDITORIA DE POLÍTICA
COM AGÊNCIA ALAGOAS

Em artigo publicado no jornal *O Globo* de ontem, o secretário de Estado da Comunicação de Alagoas, Wendel Palhares, levou para o debate nacional a proposta pioneira do Governo do Estado sobre transparência e participação social na comunicação pública. A iniciativa, que incluiu uma ampla consulta pública para definir critérios democráticos de publicidade institucional, foi destacada pelo veículo como exemplo de modernização na relação entre Estado e sociedade.

No texto intitulado "Comunicação pública deve ouvir a sociedade", Palhares reforçou o papel transformador da medida adotada em Alagoas, que reuniu veículos de comunicação, órgãos de controle, entidades do setor e a população para construir coletivamente diretrizes mais transparentes.

"Estamos propondo um novo paradigma, em que as decisões sobre comunicação governamental deixam de ser centralizadas e passam a ser construídas com a sociedade", afirmou o secretário.

A ação, concluída na primeira semana de maio, posicionou Alagoas na vanguarda do debate sobre o futuro da comunicação pública no Brasil, alinhando-se a discussões promovidas em âmbito federal e com as secretarias estaduais de Comunicação. O modelo foi citado como referência para equilibrar liberdade de imprensa, responsabilidade editorial e eficiência no uso de recursos públicos.

"O reconhecimento por um dos principais jornais do país confirma o acerto da estratégia adotada pelo Governo de Alagoas, que tem como premissa fortalecer a democracia por meio de canais abertos de diálogo", completou Palhares.

O artigo

A comunicação pública vive um momento de necessária renovação. Entenda-se essa atividade como o esforço do Estado para garantir o acesso da população à informação de interesse coletivo, fortalecendo direitos e promovendo a cidadania. Historicamente, porém, boa parte das práticas de comunicação institucional no Brasil seguiu modelos fechados, com decisões concentradas internamente, limitada participação social, sobretudo na definição dos critérios de contratação de publicidade.

Os tempos atuais, marcados por uma transformação digital acelerada, exigem mudanças profundas nesse modelo. O consumo de notícias mudou: o brasileiro migrou do computador para o celular; redes sociais e aplicativos de mensagens se tornaram os principais meios de informação. Sites e portais, protagonistas nos anos 2000, enfrentam hoje o desafio de se adaptar para manter relevância e sustentabilidade.

Diante desse cenário, surgem perguntas que precisam ser enfrentadas com coragem e responsabilidade: que critérios devem orientar a publicidade institucional? Como assegurar que a informação pública alcance toda a população, sem privilégios ou distorções? De que maneira equilibrar a liberdade de expressão com a responsabilidade editorial? Como apoiar veículos regionais sem abrir mão da eficiência e da transparência?

Essas questões têm inspirado ações concretas. Em Alagoas, o governo estadual lançou uma consulta pública para discutir com a sociedade e o setor de comunicação novos critérios para a contratação de publicidade institucional em sites, blogs e portais digitais. O desafio é crescente para que a comunicação pública seja instrumento de acesso e inclusão, como tem pontuado o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Sidônio Palmeira. Concluída na primeira semana de maio, a consulta pública de Alagoas convidou cidadãos, veículos de comunicação, órgãos de fiscalização como o Ministério Público Estadual e o Tribunal de Contas, entidades representativas (Sindicato dos Jornalistas, Abap, IAB Brasil, Abradi), além de especialistas e acadêmicos da comunicação pública e digital, a participar do debate.

Queremos, de forma colaborativa, construir práticas mais transparentes, democráticas e sintonizadas com as dinâmicas digitais contemporâneas. São medidas que dialogam com debates nacionais em curso, como os realizados no Fórum Nacional das Secretarias Estaduais de Comunicação e nas articulações com a Secom da Presidência da República. Mais que um projeto local, a iniciativa de Alagoas é, portanto, um convite à reflexão coletiva para a modernização e o futuro da comunicação pública nesse novo ecossistema informacional.

THIAGO SAMPAIO / AGÊNCIA ALAGOAS



Wendel Palhares suscitou debate nacional sobre proposta do governo para participação social na comunicação

Deputado federal defende ampliação do programa Pé de Meia

EDITORIA DE POLÍTICA
COM ASSESSORIA

A Câmera dos Deputados discutiu essa semana, em uma audiência especial da Comissão de Educação, os avanços e mudanças dentro do Ministro da Educação (MEC) nos últimos meses. O deputado federal Rafael Brito (MDB-AL), que preside a Frente Parlamentar Mista da Educação no Congresso Nacional aproveitou a presença do ministro da educação, Camilo Santana, para defender a ampliação do Programa Pé de Meia para todos os estudantes da rede pública de ensino.

Uma pesquisa divulgada pelo MEC mostrou que os alunos beneficiados pelo programa estão com melhor frequência do que os que não recebem. O Pé de Meia é um programa de incentivo financeiro-educacional voltado a estudantes matriculados no ensino médio público.

"Tive a oportunidade de conversar pessoalmente com o ministro Camilo reforçando a necessidade da ampliação do Pé de Meia para estudantes do ensino fundamental e ensino de jovens e adultos. Não é justo que parte dos estudantes do Brasil recebam e outros não. Precisamos levar essa demanda ao Ministério do Planejamento, porque sabemos que isso tem um custo alto, mas estamos lutando por equidade na educação e o combate ao analfabetismo", destacou Rafael Brito.

Corregedoria do TJ/AL inspeciona oito unidades judiciárias em Maceió

EDITORIA DE POLÍTICA
COM ASSESSORIA

Durante dois dias, a Corregedoria Geral da Justiça de Alagoas (CGJ/AL) inspecionou oito unidades judiciárias de Maceió, com o objetivo de dinamizar atividades, orientar sobre a otimização dos processos e compartilhar boas práticas - essenciais para alcançar as metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Além de dialogar com juízes e servidores, os magistrados da Corregedoria apresentaram a produtividade das unidades judiciárias, por meio dos painéis de acompanhamento, e discutiram a melhor maneira de gerenciar as atividades a partir de ferramentas que facilitam o dia a dia de trabalho.

O juiz Geneir Marques inspecionou o 1º Juizado Adjunto da Fazenda Pública Estadual e Municipal, o 2º Juizado Adjunto da Fazenda Pública Estadual, a 20ª Vara Cível da Capital Sucessões e a 23ª Vara Cível da Capital Família.

As inspeções também foram cumpridas pelo juiz Kleber Borba na 16ª Vara Cível da Capital Fazenda Estadual, na 17ª Vara Cível da Capital Fazenda Estadual, na 21ª Vara Cível da Capital Sucessões e na 22ª Vara Cível da Capital Família.

As inspeções estão sendo realizadas de forma presencial, sem prejudicar o funcionamento das unidades judiciárias, que mantêm o atendimento aos jurisdicionados de maneira regular e contínua. A previsão é que os trabalhos sigam até o dia 21 de maio de 2026.

PL insiste em anistia e "perdão restrito" a bolsonaristas

Parlamentares do Partido Liberal seguem forçando para que Câmara federal aprove anistia aos golpistas do 8 de janeiro

DIVULGAÇÃO



Hugo Motta já disse a líderes que não adianta aprovar lei que pode ser considerada inconstitucional pelo STF

EDITORIA DE POLÍTICA
COM AGÊNCIAS

O líder do PL na Câmara, deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), disse nesta quinta-feira (22) que entregou uma nova versão do projeto de lei da anistia aos golpistas do 8 de janeiro ao presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB).

Na prática, é uma nova tentativa do grupo aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro de avançar com um projeto que conceda anistia (perdão) aos condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

Conforme a redação apresentada por Sóstenes, a anistia por crimes ligados a uma tentativa de golpe de Estado seria restrita aos atos de 8 de janeiro.

Entretanto, o próprio Sóstenes já admitiu que os advogados do ex-presidente Jair Bolsonaro podem se valer da eventual aprovação da proposta para pedir anistia a ele. Sóstenes também disse que Bolsonaro o tem "ajudado" a construir a redação da proposta.

Na última terça (20), Hugo Motta se reuniu com líderes partidários da Câmara e, conforme relatos, disse no encontro que não adianta o Congresso aprovar uma proposta, o texto ser sancionado pelo presidente da República e, mais adiante, ser considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo Sóstenes, porém, ele "jamais" aceitará formular um texto que precise, eventualmente, passar por acordo com o Supremo ou com o governo Lula.

"Vamos continuar articulando para convencer o Hugo Mota a pautar", afirmou Sóstenes.

Aliados do presidente da Câmara dizem de forma reservada que ele não quer alimentar desgastes com o STF nem com o presidente Lula. Dizem que, na avaliação de Motta, o tema interessa somente a uma parte da oposição e não é uma pauta da Câmara.

Nesse mesmo sentido, aliados do presidente Lula no Congresso Nacional dizem que, se Motta pautar o tema, criará desgaste com a base do governo e assumirá para si a defesa de uma pauta restrita a bolsonaristas.

Aliados de Motta e de Lula ressaltam que o presidente da Câmara tem tido bom trânsito com o Palácio do Planalto e viajado com Lula para agendas oficiais e que pautar o tema poderia atrapalhar a relação dos dois.

Numa recente declaração, o líder do governo na Câmara, José Guimarães, disse que não se pode discutir anistia para quem planejou um golpe de Estado, mas, sim, debater "eventuais injustiças na dosimetria" de pessoas "inocentes" envolvidas nos atos de 8 de janeiro, o que pegou o Palácio do Planalto de surpresa.

Integrantes do Planalto dizem que, para o presidente Lula, tema em todas as esferas cabe ao Supremo Tribunal Federal (STF), isto é, a condução do processo criminal, a definição das penas em caso de condenação e a eventual revisão.

Acrescentaram esses integrantes que, se o Palácio do Planalto se envolver diretamente nesta questão, pode criar uma crise institucional com o STF, o que o presidente Lula não quer.

'NOVO PL'

O projeto apresentado por Sóstenes a Hugo Motta propõe anistiar as pessoas que participaram dos ataques de 8 de janeiro dos crimes contra o Estado de Democrático de Direito, como Abolição violenta do Estado e Golpe de Estado.

O texto é mais restrito do que o que era discutido na Câmara até agora ao propor anistia apenas para os crimes relacionados a dia dos ataques.

O projeto, que chegou a ser pautado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, permitia o perdão a eventos anteriores ou subsequentes à data da tentativa de golpe, desde que houvesse relação com os atos de 8 de janeiro.

Segundo o texto, ficariam perdoados todos os que participaram de "manifestações" com motivação política e eleitoral, ou as apoiaram, por quaisquer meios, inclusive contribuições, doações, apoio logístico ou prestação de serviços e publicações em mídias sociais e plataformas, entre 8 de janeiro de 2023 e o dia de entrada em vigor da lei.

DIVULGAÇÃO



Regra prevê que candidato com contas julgadas como 'não prestadas' ficará impedido de obter quitação eleitoral

TSE vai impedir candidaturas de quem não prestou contas

EDITORIA DE POLÍTICA
COM AGÊNCIAS

O Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, considerou constitucional e validou uma regra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que pune o candidato que não prestar contas de campanha.

A regra estabelece que o candidato que tiver as contas de campanha julgadas como "não prestadas" fica impedido de obter certidão de quitação eleitoral até o fim da legislatura, ou seja, por quatro anos.

O documento de quitação é exigido para registro de candidaturas e, sem ele, o cidadão não pode ser votado durante uma eleição.

O PT questionou a norma no STF sob argumento de que seria desproporcional a previsão de a punição se estender por toda a legislatura, mesmo após o cumprimento da obrigação de prestar contas.

Os ministros acompanharam o voto do relator, ministro Alexandre de Moraes. A maioria foi alcançada na última quinta-feira (15), e o julgamento, concluído na quarta (21).

Para os ministros, a prestação de contas é uma exigência e flexibilizar a entrega, deixando o prazo a cargo do candidato seria um "truque".

No seu voto, o ministro Alexandre de Moraes afirmou que a Justiça Eleitoral não pode tratar da mesma forma aqueles que respeitam as normas e prestam as contas e aqueles que não cumprem com a obrigação.

"Não existe o direito ou possibilidade de a pessoa escolher o momento de cumprir uma obrigação e não querer ser sancionado por isso", afirmou Moraes.

"Aquele que não presta conta pode ter agido com abuso de poder econômico, desviado dinheiro publico, caixa dois. É um truque isso. escolher momento para prestar contas é um truque. A pessoa não quer respeitar as regras eleitorais", acrescentou o relator.

O ministro disse ainda que, nas eleições de 2022, foram 1,2 mil casos de contas não prestadas. E emendou: "Se a Justiça Eleitoral liberar geral, vai ser um incentivo à prática de caixa dois".

CCJ aprovou proposta que reduz para cinco anos o mandato de senador

EDITORIA DE POLÍTICA
COM AGÊNCIAS

Cinco ou dez anos? Essa foi a pergunta que os integrantes da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado precisaram responder na reunião da última quarta-feira (21), ao aprovarem a proposta de emenda à Constituição (PEC) que extingue a reeleição para cargos do Executivo e unifica as eleições.

Para alinhar os pleitos a cada cinco anos, os senadores tiveram de decidir: ampliar seus mandatos de oito para dez anos, como previa o texto inicial, ou reduzi-los para cinco. Prevaleceu a segunda opção.

Diante da pressão de colegas e da opinião pública, o relator da PEC, senador Marcelo Castro (MDB-PI), recuou. Após a aprovação do texto-base, ele alterou o relatório e retirou a previsão de mandatos de dez anos para o Senado.

A derrubada da medida foi articulada principalmente pelos senadores Carlos Portinho (PL-RJ), líder da oposição, e Eduardo Girão (Novo-CE). Ambos apresentaram um destaque instrumento que permite a votação separada de trechos do projeto para manter o mandato dos senadores em cinco anos.

"Estou aqui há seis anos e posso dizer: oito anos já é um mandato muito longo. No mundo, não há nada parecido", afirmou Girão, que também criticou o custo do Legislativo. "O Congresso brasileiro já é muito caro. Nos EUA, o custo do Congresso representa 0,01% do PIB. Aqui, é 0,55%. Precisamos de medidas mais austeras."

Portinho seguiu a mesma linha: "Em nenhum lugar do mundo há mandato de dez anos para senador. Isso seria uma jabuticaba brasileira". E reforçou, com ironia: "Em nenhum lugar deste mundo, deste país, deste universo".

Castro reagiu com bom humor: "Vossa Excelência disse 'no universo'. Ah, no universo é demais! Estamos na Via Láctea, com bilhões de estrelas... e o universo tem bilhões de galáxias! Como saber?". Em tom mais sério, ele admitiu: "Desde o início, reconheço que essa é uma matéria controversa. Minha opção por dez anos foi baseada em padrões internacionais e na expectativa de que fosse mais viável aqui. Mas percebo que a maioria prefere os cinco anos".

O relator também negociou ajustes com Portinho sobre a regra de transição. O senador do PL propunha mandatos de apenas dois anos para prefeitos eleitos em 2028, o que permitiria a unificação do calendário a partir de 2034. Castro considerou a ideia politicamente desgastante e propôs uma solução intermediária: prefeitos eleitos em 2028 terão, excepcionalmente, mandatos de seis anos. Depois disso, todos os governos terão duração de cinco anos.

O acordo foi celebrado pelo presidente da CCJ, senador Otto Alencar (PSD-BA): "Foi uma decisão correta e sensata. Se Vossa Excelência fosse candidato a prefeito por dois anos, não seria candidato. É uma dificuldade".

Após a sessão, Castro minimizou a mudança: "O principal não é o mandato dos senadores. É o fim da reeleição e a unificação das eleições". Ele afirmou que buscará apoio do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), para acelerar a votação em plenário, ao lado de Otto Alencar e Jorge Kajuru, autor da PEC. Para ser aprovada, a proposta precisa de pelo menos 49 votos favoráveis em dois turnos. Se passar, segue para análise da Câmara.

Tribunal de Justiça descarta provas contra a Braskem

Foi desconsiderado, também, relatório da CPI do Senado, que recomendava anulação de acordos

RICARDO RODRIGUES
COLABORADOR

As críticas foram muitas nas mídias digitais e grupos de mensagem depois da divulgação da decisão do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL) de ignorar provas cruciais incluídas nos processos contra a Braskem, que tramitam no Judiciário Estadual,

A decisão, que beneficiou a mineradora, foi tomada no fim de abril, quando os desembargadores julgaram embargos de declaração apresentados por moradores dos bairros afetados pelo afundamento do solo decorrente da exploração de sal-gema, em Maceió.

A decisão da 4ª Turma Cível, formada pelos desembargadores Orlando Rocha Filho, Fábio Ferrario e Márcio Roberto Tenório, considerou que o relatório final da CPI da Braskem, entregue há um ano e que detalha os crimes ambientais admitidos pela própria mineradora, não pode ser utilizado para reabrir a discussão de mérito das ações.

Os desembargadores também ignoraram o resultado do julgamento da Justiça da Holanda, que em julho de 2024 condenou a mineradora e determinou o pagamento de indenizações às vítimas.

DIVULGAÇÃO


A decisão, que beneficiou a mineradora, foi tomada pelos desembargadores da 4ª Turma Cível do Tribunal contra moradores afetados

Mesmo admitindo sua responsabilidade pelos danos causados em Maceió, a Braskem continua negado a renegociar indenizações pagas na 'bacia das almas', quando os moradores aceitaram as propostas apresentadas pela empresa porque não tinham outra alternativa, sob pena de ter o imóvel interditado e ficar de fora do Plano de Compensação Financeira (PCF),

Por isso, advogados das famílias desalojadas tentam reverter pontos do acordo de indenização, anexando às ações em tramitação no TJ/AL, tanto a decisão da Justiça holandesa, como o relatório da CPI da Braskem no Senado, concluída em maio do ano passado.

"Novos recursos estão previstos para análise nas próximas semanas", avisaram os advogados ligados às vítimas da tragédia da Braskem, que em março completou sete anos. Com isso, os processos vão se avolumando e devem se arrastar no Judiciário, por muito mais tempo.

OUTRO LADO

A reportagem da Tribuna Independente tentou ouvir a Braskem, por meio da sua assessoria de comunicação, mas a empresa não se manifestou, até o fechamento dessa matéria, no final da tarde de ontem (21/5).

TJ ALAGOAS

A presidência do TJ Alagoas e os integrantes da 4ª Turma Cível também foram procurados, por meio da sua assessoria de comunicação, para se posicionar a respeito das críticas, mas não quiseram comentaras informações publicadas ontem (21/5), nas mídias digitais.

Polícia Federal apreende oito quilos de cocaína em agências dos Correios

A Polícia Federal informou ontem que foram apreendidos oito quilos de cocaína em agências dos Correios no Estado, nos últimos dias de 2024.

"As investigações prosseguem e encontram-se avançadas no sentido de desvendar todas as fases do crime e identificar os integrantes da organização criminosa", informou a assessoria de comunicação da Superintendência da PF de Alagoas.

Na quarta-feira (21), a PF de Alagoas logrou êxito ao identificar um homem responsável pelo envio de drogas ilícitas para o Estado, por meio das agências dos Correios.

Por enquanto, segundo a PF, o nome do suspeito vai permanecer em sigilo para a informação não interferir nas investigações.

"A descoberta foi fruto de análise de fragmento de impressão digital em encomenda postal e do cotejo de imagens com banco de dados automatizado (ABIS – Automated Biometric Identification System)", informou a assessoria de comunicação da Superintendência da PF em Alagoas.

No entanto, de acordo com a PF, ainda não houve prisão do suspeito, mas a autoridade policial irá informar à imprensa quando acontecer.

DIVULGAÇÃO



Agentes federais identificaram um homem suspeito de enviar entorpecentes para Alagoas

A assessoria informou também que essa prisão não estaria relacionada diretamente à Operação Delivery, deflagrada este ano para combater o uso dos Correios na distribuição de entorpecentes.

No início de maio, a Polícia Civil de Alagoas deflagrou a 'Operação Delivery', com a finalidade combater o encaminhamento de drogas sintéticas vendidas por delivery em Maceió, pelos Correios. A PF, no entanto, destacou que o homem identificado na quarta-feira (21) não está sendo investigado nesta ação da Polícia Civil. **(R.R.)**

Governo anuncia bloqueio de R$ 31,3 bilhões e sobe o IOF

Os ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento anunciaram na quinta-feira (22) um bloqueio de R$ 31,3 bilhões no orçamento deste ano.

O governo também anunciou aumento no Imposto Sobre Operação Financeira (IOF). Veja os detalhes mais abaixo.

IOF é um é um tributo federal cobrado pelo governo sobre uma série de operações que envolvem dinheiro, principalmente: empréstimos (como crédito pessoal ou financiamento); câmbio (compra de moeda estrangeira); seguros; investimentos (como compra e venda de títulos).

Bloqueio de gastos

Os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento) apresentaram o relatório de avaliação de receitas e despesas primárias do segundo bimestre.

Segundo eles, o bloqueio será feito nos gastos livres dos ministérios, ou seja, aqueles que não são obrigatórios. Essas despesas envolvem investimentos e custeio da máquina pública.

Entre os gastos de custeio, estão: serviços de apoio, tecnologia da informação, energia elétrica e água, locação de bens móveis, diárias e passagens e serviços de comunicações.

Para calcular a necessidade de bloqueio no Orçamento, o governo fez uma nova estimativa das receitas e despesas para este ano.

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, explicou que os gastos com a Previdência superaram as previsões e foram um dos principais fatores para o congelamento.

"Despesas, gostaria de apontar um crescimento acima das projeções na previdência. Tivemos, por obrigação legal, que colocar um bloqueio no orçamento", afirmou a ministra.

Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, outros pontos geraram a necessidade de contingenciar o orçamento.

ASSESSORIA


Ministros Fernando Haddad, da Fazenda, e Simone Tebet, do Planejamento e Orçamento, anunciam medidas

Não houve compensação da desoneração da folha de pagamentos;

Paralisação de servidores da Receita Federal, que está afetando o desempenho da arrecadação federal;

O detalhamento de quais ministérios serão atingidos pelo bloqueio será divulgado até o fim deste mês.

O bloqueio acontece por conta do limite de gastos do arcabouço fiscal, a nova regra para as contas públicas aprovada no ano passado, e também para cumprir a meta fiscal.

No caso arcabouço, a equipe econômica estimou que as despesas, previstas para este ano, estão de R$ 10,6 bilhões acima do limite do arcabouço.

Além disso, há um contingenciamento (também um tipo de bloqueio) de R$ 20,7 bilhões com o objetivo de buscar o cumprimento da meta fiscal deste ano. Para este ano, a meta é zerar o déficit das contas, que somou R$ 43 bilhões em 2024.

Eufrázio

TRIBUNA INDEPENDENTE

Endereço Comercial: Empresarial Humberto Lôbo
Av. Menino Marcelo - 9.350- Serraria
Maceió - Alagoas - CEP: 57.083.410
CNPJ: 08.951.056/0001 - 33

UM PRODUTO:
JORGRAF
Cooperativa dos Jornalistas e Gráficos do estado de alagoas



PRESIDENTE
José Paulo Gabriel dos Santos
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
Flávio Peixoto
EDITOR GERAL
Ricardo Castro
DIRETORA COMERCIAL
Marilene Canuto

TELEFONE:
82.3316.5855

OS ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES. NÃO REPRESENTANDO, NECESSARIAMENTE, A OPINIÃO DESTE JORNAL.

ANJ Associação Nacional de Jornais

Sobre o PL da devastação

O Senado Federal aprovou na quarta-feira (21) o Projeto de Lei 2.159/2021, também conhecido como PL da Devastação, em uma votação marcada por descompromisso com o futuro do país. O texto fragiliza as regras de licenciamento ambiental, ao mesmo tempo em que reduz a responsabilidade de empresas por impactos socioambientais decorrentes das suas atividades.

Para o Greenpeace Brasil, a decisão representa uma verdadeira "licença para desmatar e destruir", ao permitir que empreendimentos que podem gerar impacto ambiental relevante avancem com pouca ou nenhuma prevenção. A proposta autoriza, por exemplo, que empresas se autodeclararem isentas de licenciamento por meio de formulários online, retirando do Estado o dever de avaliar riscos ambientais — um cenário que pavimenta o caminho para novas tragédias.

De olho na exploração de Petróleo na Foz do Amazonas, até mesmo o Presidente Alcolumbre protocolou proposta que cria uma nova modalidade de licenciamento. Na prática, a medida sujeita o processo de licenciamento ambiental a pressões e interesses políticos, pois enfraquece o sistema nacional de gestão ambiental.

A Licença Ambiental Especial dá um bypass perfeito para aprovar projetos polêmicos. Vai ser como uma rota alternativa que contorna o Ibama e seu corpo técnico. Enquanto analistas que têm o dever de Estado deixam de avaliar os riscos, a LAE faz valer a vontade de quem tem a caneta em punho. Não se trata de agilidade, mas de um atalho perigoso cujo resultado será obras sem o crivo de quem entende de impactos reais, e o país pagando a conta em conflitos, degradação e desastres anunciados. A aprovação deste projeto, sem debate suficiente e sem que a população tivesse conhecimento sobre o impacto real do texto, escancara a pressa do Congresso em desmontar os pilares da proteção ambiental no país. A proposta também enfraquece o papel de órgãos ambientais e do Ministério Público, além de remover o licenciamento obrigatório para atividades agropecuárias e outros empreendimentos que afetam diretamente a biodiversidade e os recursos hídricos.

Billo



Israel supera Hitler com holocausto palestino



JEFERSON MIOLA
Jornalista

A ONU prevê que Israel deve consumar o assassinato de 14 mil bebês palestinos nas próximas 48 horas por desassistência médica, humanitária e inanição.

Uma barbárie que envergonha a existência humana e desonra a humanidade.

Israel supera Hitler com o holocausto do povo palestino. Não na proporção de cadáveres, mas na magnitude da crueldade, perversão e maldade, e da devastação total do território palestino.

Desde a deflagração desta etapa radical do genocídio em Gaza em outubro de 2023, a máquina nazi-sionista chegou a assassinar a cifra até então impensável de uma criança palestina a cada nove minutos – quase sete por hora.

Agora, neste momento da "solução final" para 14 mil bebês palestinos, Israel superará seu próprio desempenho macabro assassinando uma criança palestina a cada 12 segundos – 292 por hora.

Israel esgotou nosso estoque de recursos retóricos e adjetivos para nomear o que está sendo feito com os palestinos. Transcende o que se imagina que de pior o ser humano é capaz de fazer e nos leva ao subsolo do abismo.

Netanyahu é o veículo contemporâneo que libera a violência brutal intrínseca ao sionismo, essa ideologia colonial, racista, segregacionista e genocida.

O Hamas e os reféns israelenses são meros pretextos do nazi-sionismo para avançar o aniquilamento do povo palestino e o roubo de suas terras.

Israel mata palestinos indiscriminadamente. A quase totalidade das vítimas são bebês, crianças, mulheres e idosos.

E Israel mata de todas as formas: por bombardeios, explosões, por fome; e, também, por medo, pânico e terror.

Até mesmo em Israel vozes indignadas denunciam as atrocidades. O ex-vice-chefe do Estado-Maior das Forças de Defesa, Yair Golan, é uma dessas vozes: "um país sensato não faz guerra contra civis, não mata bebês por passatempo e não promove deslocamento em massa da população".

O horror na Terra.

Israel dará um golpe de morte na ideia de humanidade se o mundo não se insurgir para deter urgentemente o holocausto palestino.

A inércia mundial em relação ao martírio em Gaza é vergonhosa, e representa a falência da humanidade.

O significado do que entendemos por ser humano desaparecerá em definitivo se o extermínio do povo palestino não for imediatamente contido. O que já aconteceu até aqui já é uma das manchas mais imundas da história humana.

Consórcio entre as big techs e a extrema-direita



FLORESTAN FERNANDES
Jornalista
e escritor

O Secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, afirmou na última quarta-feira, 21, que existe uma grande possibilidade de o ministro do STF, Alexandre de Moraes sofrer sanções do governo dos Estados Unidos. Para isso, Donald Trump pretende utilizar uma lei aprovada em 2012, que autoriza sanções contra indivíduos acusados de corrupção ou graves violações de direitos humanos.

A lei prevê medidas como bloqueio de bens e contas em território estadunidense, bem como a proibição da entrada do sancionado no país. Está claro que nenhum desses crimes apontados na lei se enquadra nas atuações do magistrado brasileiro.

Os argumentos apresentados pelo deputado republicano Cory Mills, íntimo de Eduardo Bolsonaro, para o uso dessa lei chega a ser bisonho: "temos observado uma censura generalizada e perseguição política contra toda a oposição, incluindo jornalistas e cidadãos comuns.

O que está acontecendo agora (no Brasil) é uma iminente prisão politicamente motivada contra o ex-presidente Bolsonaro. Essa repressão se estende além das fronteiras do Brasil, impactando indivíduos em solo americano".

Está claro que as ameaças de sanções ao ministro Alexandre de Moraes têm como finalidade pressionar o julgamento em curso no STF, dos envolvidos na tentativa de golpe de Estado, planejado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro.

Não acredito, nesse caso, que Trump irá levar adiante essa agressão à nossa soberania. Mas só o fato de fazer as ameaças é, por si só, um sinal de que a internacional fascista instalada em Washington opera ativamente para retomar o poder no Brasil nas eleições do ano que vem.

As big techs vêm atuando em total harmonia com o governo Donald Trump. Lá, como cá, as empresas estão integradas e profundamente envolvidas num processo de aproximação política com a extrema-direita.

Na semana passada, o Partido Liberal organizou seu 2º Seminário Nacional de Comunicação em Fortaleza, com a participação de Jair Bolsonaro e Michelle Bolsonaro. O evento teve o apoio técnico das "big techs" Google e Meta.

A falta da regulamentação das redes sociais abriu uma avenida para o fortalecimento da extrema-direita mundo afora. A manipulação dos algoritmos e o uso indiscriminado e sem punição de fake news, do discurso de ódio e da criação de narrativas inverídicas deu à extrema-direita mundial um handicap de proporções avassaladoras.

No caso brasileiro, enfraqueceu a propaganda eleitoral gratuita nos veículos analógicos, que de maneira democrática distribui o tempo entre os partidos nas emissoras de rádio e televisão.

No ano passado, pela primeira vez, quando o assunto é comportamento do consumidor, o YouTube ultrapassou as cinco maiores emissoras de TV aberta do país.

O dado faz parte do Target Group Index, produto da Kantar Ibope Media, e foi feita de forma própria para análise de mercado.

Esse avanço da plataforma estadunidense está ligado principalmente à reprodução de músicas e grandes eventos esportivos, que utilizam o YouTube como plataforma exclusiva de transmissão.

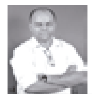
Nas redes sociais como Facebook, Instagram, TikTok e X, os conteúdos políticos e ideológicos postados são utilizados à exaustão através de compartilhamento nos aplicativos de mensagens. É exatamente aí que as democracias começam a morrer e os estados autocráticos vão sedimentando-o o controle de mentes e corações.

Como reverter isso a tempo de impedir a continuação do avanço fascista, não é fácil. Talvez um caminho seria atrair plataformas de outros países, ampliando concorrência com as big tech dos EUA que operam no Brasil.

O crescimento da extrema-direita nos últimos meses em países como Portugal, Romênia, Polônia e Argentina é desalentador. Se em 2022, apesar de dominar as redes sociais, a extrema-direita não conseguiu a reeleição de Bolsonaro, teve sucesso na eleição de uma bancada de peso no Congresso e nos principais Estados do País.

Com Trump de volta ao poder nos Estados Unidos, a eleição do ano que vem se reveste de uma importância crucial para a preservação do Estado Democrático de Direito. Democratas de todo o país, uni-vos!

Depoimentos demolidores



AQUILES LINS
Jornalista

Os depoimentos prestados pelo general Marco Antônio Freire Gomes e pelo tenente-brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Júnior ao Supremo Tribunal Federal (STF) enterram de vez qualquer tentativa de Jair Bolsonaro (PL) de negar seu envolvimento em uma conspiração para impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva após as eleições de 2022.

Com base em relatos detalhados, os ex-comandantes do Exército e da Aeronáutica confirmaram que houve reuniões com teor golpista no Palácio da Alvorada, e que o ex-presidente estava diretamente envolvido nas articulações para subverter a ordem constitucional.

Em depoimento prestado na quarta-feira (21), o tenente-brigadeiro Baptista Júnior confirmou que, em dezembro de 2022, Bolsonaro apresentou aos chefes das Forças Armadas um documento que previa a realização de novas eleições e a prisão de autoridades do Judiciário.



Trata-se da tal minuta do golpe, que foi entregue pelo então ministro da Defesa, general Paulo Sérgio de Oliveira. Tanto Baptista Junior quanto Freire Gomes manifestaram oposição ao plano, enquanto Garnier permaneceu em silêncio.

"Eu perguntei: esse documento prevê a não posse do presidente eleito? Se sim, eu não admito sequer receber esse documento. Levantei e fui embora", declarou Batista, que foi ouvido na condição de testemunha da Procuradoria Geral da República.

O militar da Aeronáutica demonstrou mais convicção e firmeza do que o general diante da Justiça Civil. Ao contrário de Freire Gomes, Batista Júnior não tentou aliviar a barra do ex-chefe da Marinha, almirante Almir Garnier, e confirmou que o militar ofereceu as tropas da Marinha à disposição do plano golpista de Bolsonaro.

A fala de Baptista reforça o depoimento já prestado pelo general Freire Gomes, que confirmou reuniões no Palácio do Alvorada e discussões sobre a instauração de Estado de Sítio, de Defesa ou GLO no país após as eleições de 2022.

Embora tenha tentado diminuir a gravidade da tentativa de golpe de Jair Bolsonaro, afirmando que os instrumentos estariam "previstos na Constituição" e que, por isso, não lhe causou "espécie" - o que é de causar espécie no cidadão defensor da democracia.

Apesar disso, Freire Gomes também confirmou qeu na última versão da minuta do golpe apresentado a ele, havia a determinação de prisão de autoridades, e que "acha" que a ordem era contra Moraes.

São provas inequívocas do quão perto nós passamos de entrar numa nova ditadura militar.

E mais, são provas adicionais às já apresentadas pelo ex-ajudante-de-ordens Mauro Cid.

Os relatos não deixam margem para dúvidas: Bolsonaro tentou impedir a posse de seu sucessor, sabendo que não havia fraude no processo eleitoral.

Tentou manipular relatórios, pressionou comandantes militares e incentivou medidas autoritárias — mas foi contido por quem ele supunha ser fiel.

Com os depoimentos de Batista Júnior e Freire Gomes, o Bolsonaro não se vê apenas isolado politicamente como também fragilizado juridicamente.

As revelações confirmam que houve uma tentativa deliberada de golpe de Estado. Bolsonaro planejou, articulou e buscou apoio nas Forças Armadas. Fracassou.

Agora resta a responsabilização perante a Justiça.

BARTPAPO

Nosso sangue

Quantas vezes ouvimos dizer "está no sangue", "é do DNA" e outras expressões significando que, sem dúvida, nosso sangue é de uma importância fundamental. A vida, independente de qualquer outra função que tenhamos está basicamente no nosso sangue. Aquele que de vez em quando dizemos: "dou meu sangue por aquela causa", o que traduzindo é "morro por aquilo ou por alguém". Nas guerras, os soldados estão sempre prontos para fazerem transfusões de sangue e, com isto, salvar a vida de um outro que ali está lutando por amor à sua pátria. É preciso que haja espírito de solidariedade e de compaixão quando falarmos de sangue. De nada adianta uma cirurgia bem feita se não houver por perto as famosas "bolsas de sangue" que darão ao paciente a possibilidade de se recuperarem das naturais perdas de sangue em procedimentos médicos desta natureza. Enfim e na verdade a importância da presença do sangue para o salvar vidas é imprescindível. É realmente vital.

No Brasil procuramos fazer de tudo para que não haja falta de sangue nos hospitais, nas clínicas cirúrgicas mas sempre há uma carência, até porque existem vários tipos de sangue e alguns bem mais raros do que outros e, portanto, joias preciosas na hora de se salvarem vidas. Os chamados bancos de sangue precisam ter sempre seus estoques renovados, não só com os tipos sanguíneos mais comuns, mas também com esses mais raros que para existirem nos estoques precisam da vontade, do despojamento daqueles que os têm em seus corpos e que estejam dispostos a entrar nas campanhas de doação.

Doar sangue é uma questão de humanidade, de solidariedade, de compaixão para com o próximo e também da consciência salvadora que cada um deve ter na certeza de que estará salvando uma vida ou mais a cada vez que estiver doando um pouco do seu sangue e sabendo que não estará perdendo nada. O que se doa, rapidamente é restaurado pelo próprio organismo permitindo que sempre possa doar sem nenhum perigo para sua própria vida.

As campanhas de doação estão aí, diuturnamente, abrindo cabeças, selando consciências e fazendo com que os que podem fisicamente fazê-la o façam com a certeza de que sempre estarão contribuindo para uma vida continuar sua trajetória, graças ao seu precioso sangue. Volta e meia durante as campanhas, estoques são mostrados e ainda se vê que a carência é muito grande. Então é preciso que a consciência de cada um seja acesa pela chama da solidariedade.

Um fato que realmente vai marcar. Ou já marcou. Em 2023 a cantora Ludmila resolveu fazer uma campanha em que as pessoas que fizessem doações de sangue no Hemo Rio poderiam trocar por ingressos para o seu show. E, com isto, mais de 500 pessoas fizeram doação de sangue no dia seguinte ao anúncio. Este número bateu todos os recordes de doações para aquela instituição desde sua fundação em 1944. No dia seguinte ao show, pessoas influenciadas pela campanha, ainda que terminada, fizeram fila e em quatro dias, mais de 2.000 bolsas foram doadas. A cantora está emocionada até hoje e está pedindo que o seu exemplo seja seguido por outros colegas, cantores e cantoras que realmente podem ser condutores de uma recuperação em massa do sangue necessário por todo o país.

Vamos pensar. Aqui em Alagoas existem vários locais onde se pode doar. Começando pelo Hemoal. Não dói. Não prejudica a sua saúde. Só faz bem e fiquem certos que a gratidão sempre estará gravada em seus corações. Vamos ajudar. Vamos doar. Vamos multiplicar nosso sangue e salvar vidas. Muitas vidas. Todos contam com vocês.

FOTONOTAS



MOACYR ALBUQUERQUE E SANDRA - Uma perda irreparável é o desfazer de um casal quando Deus leva um dos dois. Principalmente quando a união é feliz, é vivida, é sentida, é na mais pura palavra, apaixonada. Era assim que víamos o casal, ele o presidente do Iate Clube Pajuçara, ela a companheira constante esbanjando alegria nas contagiantes festas que MoacyR organiza naquele clube. Deus a levou depois de um intenso sofrimento. Ficou uma enorme tristeza e um grande vazio na família, principalmente no coração de Moacyr, um espírito de enorme sensibilidade que precisa encontrar forças para superar a ausência de sua amada Sandra. Mas, amigo Moacyr você encontrará essa força para que possa também sempre homenagear a sua passagem pela terra ao seu lado e naquele mar de felicidades. Deus esteja sempre com você, amigo!

PARE PRA PENSAR (do meu livro do mesmo nome)

A vida é uma glória. Feita de tantas transformações, de tantos altos e baixos, de tantos anseios mas também de muitas conquistas. Com a ajuda de Deus tentemos gerenciar as nossas vidas.

ALERTAS DO DIA

* Vamos ver quem será esse Samir Xaud que possivelmente por unanimidade venha a ser o novo presidente da CBF – Confederação Brasileira de Futebol. Vamos ver se ele será capaz de organizar a instituição numa época em que estamos nos aproximando de mais uma Copa do Mundo. Para o público, de um modo geral trata-se de um completo desconhecido já que pé um nome que possivelmente tenha popularidade em Rondônia, seu lugar de origerm. De qualquer forma, o grande acontecimento da CBF não é ele, mas o início do trabalho de Ancelotti como novo técnico da Seleção Brasileira.

* Pois é! A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou o projeto de lei que acaba com a reeleição e unifica as eleições em todos os níveis. Não sabemos se vai passar no plenário, Câmara e etc mas, na nossa opinião o ideal seria a unificação das eleições e para isto bastava acrescentar dois anos aos atuais mandatos de governadores, senadores e deputados para juntar com as próximas eleições municipais e mantendo as reeleições, uma vez que trabalhos até em meio não podem e não devem sofrer solução de continuidade. Vamos ver no que vai dar.

* Estão praticamente concluídas as obras do novo Aeroporto Costa dos Corais, em Maragogi. Um equipamento regional de grande valia porque vai unir regiões turísticas fantásticas unindo dois estados do nordeste brasileiro e que recebem enorme quantidade de turistas. Ao contrário do que se pensava de que seria um aeroporto para pequenas aeronaves o Costa dos Corais vai poder receber aviões de grande porte e que circulam por todo o país. Os turistas que quiserem encurtar seus caminhos para aquela região vão contar agora com o moderníssimo Costa dos Corais.

* A psicóloga, professora, escritora e um "papo fora de série", Cláudia Simões vai lançar seu livro "A mente sã" na próxima segunda-feira, às 19 horas, no Espaço Cultural ao lado do Teatro Deodoro. As experiências de Cláudia passam pela clínica, por programas de rádio e, aliás de grandes sucessos na antiga TV Mar onde manteve durante anos o seu programa. Além do mais, com a simpatia que tem e que transmite com a maior facilidade, lendo-a ou conversando com ela não tem como não manter a mente sã.

POR AÍ AFORA

O governo italiano convocou nessa o embaixador de Israel em Roma para exigir "explicações oficiais" após as tropas israelenses realizarem disparos de advertência contra um grupo de diplomatas na Cisjordânia. "Acabei de instruir o secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores a convocar o embaixador israelense em Roma para obter esclarecimentos oficiais sobre o ocorrido em Jenin", escreveu o vice-premiê e chanceler da Itália, Antonio Tajani.

Subiu para 61 o número de países que bloquearam a importação de carne de frango do Brasil devido ao foco de gripe aviária detectado no Rio Grande do Sul. A informação foi divulgada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Quatro países da União Econômica Euroasiática — Rússia, Belarus, Armênia e Quirguistão — se somaram à lista de nações que suspenderam a compra de carnes de frango de todo o território brasileiro, segundo a pasta. A relação de 61 países inclui também nações como o Reino Unido e Bahrein.

A primeira rodada de negociações entre Ucrânia e Rússia em Istambul, na Turquia, durou quase duas horas, mas não produziu nenhum progresso significativo para colocar um ponto final no conflito no leste europeu, de acordo com fontes de Kiev. De acordo com o portal de notícias americano Axios, a delegação de Moscou exigiu a retirada de tropas ucranianas de várias áreas do país em troca de um cessar-fogo. "As demandas russas não têm relação com a realidade e vão muito além do que foi discutido anteriormente", declararam as fontes familiarizadas com as conversas de hoje. (JB)

O "BARTPAPO com Geraldo Câmara" na BAND, canal 38.1 aberto; NET CLARO, canais 18 e 518; BRISANET, canal 14; VIVO, canal 519. Das 9 às 10h da manhã. Assista e inscreva-se também pelo Youtube no canal "canal Bartpapo". Fale conosco pelo geraldocamara@gmail.com ou pelo Whats'App 82 99977-4399.

Agente da PF de Alagoas é preso acusado de calote

Eduardo Tavares Jr. se recusou a pagar conta em bar do DF

RICARDO RODRIGUES
COLABORADOR

Uma nota na coluna do jornalista Carlos Carone, do portal Metrópoles, publicada ontem, ganhou repercussão nas mídias sociais, por envolver o filho do ex-procurador-geral de Justiça de Alagoas, Eduardo Tavares Mendes, ex-secretário de Segurança Pública do Estado. De acordo com o colunista, o agente da Polícia Federal (PF) Eduardo Tavares Mendes Júnior teria sido preso acusado de aplicar calote em uma choperia, localizada no Sudoeste de Brasília (DF).

"Identificado como Lotado na Superintendência da PF em Alagoas, o policial [Eduardo Tavares Mendes Júnior] foi preso após tomar 16 chopps, comer picanha e se negar a pagar uma conta de R$ 178. Após se recusar a apresentar a identificação funcional e humilhar policiais civis da delegacia, o agente ainda ameaçou a equipe da 5ª Delegacia de Polícia (Área Central), afirmando que seu pai é procurador-geral de Justiça e haveria retaliação", noticiou o colunista Carlos Carone.

Segundo ele, "o agente, visivelmente embriagado, acabou preso por fraude, ameaça, desacato, desobediência, recusa de fornecimento de dados e coação no curso do processo". O jornalista informou ainda que "o caso ocorreu em 11 de março deste ano, na choperia Fausto & Manoel, mas só veio à tona recentemente, após a Polícia Civil do DF ter relatado o inquérito e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) oferecer denúncia contra o servidor federal".

O colunista do portal Metrópoles escreveu ainda que "de acordo com as investigações, Eduardo chegou ao estabelecimento na companhia de um amigo. Ambos consumiram 16 chopps, totalizando uma conta de R$ 156,64.

REPRODUÇÃO



Eduardo Tavares Júnior, presidente do Sinpofal, foi preso por se recusar a pagar despesas no DF

Acusado é filho de ex-procurador geral do Estado

Em seguida, a dupla solicitou o fechamento da conta e o valor foi integralmente pago. Quando o amigo de Eduardo foi embora, o policial resolveu ficar e pediu a abertura de uma nova conta".

"Sozinho, o agente federal consumiu uma porção de picanha, dois chopps com promoção do happy hour e outros cinco fora da oferta, totalizando uma conta de R$ 178,42. Quando viu a comanda e o valor da conta Eduardo ficou muito nervoso e disse que não pagaria, pois apenas se lembrava de ter consumido a picanha, e não as bebidas anotadas. O cliente se apresentou como policial federal e afirmou que 'sabia como funcionavam essas pilantragens de bar'", destacou o jornalista, em sua coluna 'Na Mira'.

AMEAÇAS

"Na delegacia, durante o registro de ocorrência, quando um policial civil pediu que Eduardo se identificasse, o agente tornou-se agressivo e passou a afirmar que não iria se identificar para um policial civil, pois era agente federal. Eduardo ficava mostrando o documento funcional de longe, impossibilitando sua visão. Levado à sala do delegado de plantão, ele entregou sua carteira funcional, mas se negou a ser revistado, afirmando que apenas sua palavra de que não estava armado bastaria", acrescentou.

"Bêbado e cada vez mais agressivo, o servidor precisou ser algemado e revistado para afastar a possibilidade de o policial estar armado. Quando foi avisado que estava sendo lavrado o procedimento pelo crime de fraudes".

A reportagem da **Tribuna Independente** tentou ouvir o presidente do Sinpofal, pelo telefone convencional da entidade, mas não foi possível. O procurador de Justiça de Alagoas, Eduardo Tavares Mendes, também foi procurado para se manifestar sobre a acusação feita contra o filho, mas ele disse que estava de férias no Chile e que tinha tomado conhecimento do ocorrido naquele momento. "Vou procurar saber. Espero que haja uma explicação por parte do Júnior", afirmou. **(R.R.)**

Copa do Brasil: CRB elimina o Santos de Neymar nos pênaltis

Galo vence nas penalidades por 5x4, passa de fase e embolsa R$ 3,6 milhões em noite do goleiro Matheus Albino

JÚNIOR DE MELO
COM AGÊNCIAS

EDILSON OMENA



CRB foi um time destemido durante a partida contra o Santos e conquistou a classificação para a próxima fase da competição; o Peixe caiu

A noite mais uma vez foi de Matheus Albino. O goleiro regatiano foi o herói da partida de ontem na classificação do CRB em cima do Santos na Copa do Brasil. O Peixe foi eliminado nos pênaltis após o placar de 0x0 no tempo normal. Nas penalidades, o placar foi de 5 x 4 para o Galo.

Os times fizeram um jogo de muito equilíbrio, tanto ofensivo quanto defensivo. CRB e Santos sabiam da necessidade de fazer o gol para conseguir a vaga na próxima fase e lutaram para balançar as redes, mas faltou qualidade na construção das jogadas e efetividade nas finalizações. Fora isso, a partida foi marcada pelas ótimas defesas de Matheus Albino e Gabriel Brazão.

O segundo tempo foi mais brigado e de pressão, com um CRB começando bem, tendo mais domínio e arriscando mais para o gol. Até então, o Santos só sabia se defender e trocar passes para o gol, mas muito mal. O jogo para o Peixe mudou com a entrada de Neymar, que deu uma chacoalhada no time.

No CRB marcaram: Meritão, Matheus Ribeiro, Luis Segovia, Henri, Weverton, Perdeu Fernando Henrique. No Santos marcaram: Neymar, Rincón, Tiquinho Soares, Gabriel Bontempo Perderam: Guilherme e Zé Ivaldo.

O adversário do CRB na próxima fase da Copa do Brasil será definido por sorteio. A classificação gerou R$ 3,6 milhões para os cofres regatianos.

O próximo compromisso do Galo da Pajuçara é diante o Botafogo-SP, na segunda-feira (26), às 20h, no Estádio Santa Cruz. Já o Peixe terá um jogo difícil contra o Vitória, no domingo (25), às 18h30, no Barradão.

OITAVAS

CRB avança para a fase de oitavas de final. Agora aguarda o sorteio da CBF para saber quem será o adversário

NEYMAR

O craque brasileiro voltou de lesão e mesmo com pouco tempo em campo, fez o Santos criar várias oportunidades, mas que foram evitadas por Matheus Albino

NEYMAR

O confronto marcou o retorno de Neymar aos gramados após mais de um mês afastado devido a uma lesão. A última partida do camisa 10 havia sido em 16 de abril. O craque entrou em campo 20 minutos do segundo tempo e criou boas oportunidades para paulistas, mas seus companheiros não conseguiram convertê-las em gols.

E bastou um toque na bola para o craque exibir sua qualidade. Aos 22, ele encontrou um ótimo passe para Souza, que finalizou, mas parou na defesa de Matheus Albino.

Na jogada seguinte, foi a vez de Thaciano receber um passe açucarado e cabecear, mas o goleiro adversário evitou o gol. Aos 24, Guilherme dominou pela esquerda, cortou para o meio e buscou o ângulo, forçando Albino a uma defesa espetacular.

Aos 41 minutos, o CRB desperdiçou uma chance inacreditável. Neymar perdeu a bola no meio-campo, e Vinicius avançou pela direita antes de cruzar para Mikael, que, sozinho e com o gol aberto, mandou para fora.

O Santos respondeu pouco depois, mas Matheus Albino seguiu inspirado. Neymar gingou diante do zagueiro e finalizou rasteiro no canto, mas o goleiro conseguiu espalmar.

ATROCIDADES

Comissão anistia Dilma por violações na ditadura militar

O requerimento de anistia de Dilma Rousseff foi aprovado ontem pela Comissão da Anistia, órgão vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). "Dilma Vana Rousseff desta comissão, pelos poderes que lhe são conferidos, lhe declara anistiada política brasileira. E, em nome do Estado brasileiro, lhe pede desculpas por todas as atrocidades que lhe causou o Estado ditatorial. Causou à senhora, a sua família, aos seus companheiros de luta e, ao fim ao cabo, como disse o relator, a toda a sociedade brasileira", declarou a presidente da Comissão da Anistia, Ana Maria Lima de Oliveira.

Dilma não compareceu à sessão por estar cumprindo agenda em Xangai, na China, como presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, conhecido como Banco do Brics.

"Nós queremos também lhe agradecer pela sua incansável luta pela democracia brasileira, pela sua incansável luta pelo povo brasileiro. Muito obrigada por a senhora existir e ser essa mulher que, como todos lhe chamam, Dilma, coração valente. Muito obrigada", destacou Ana Maria.

"Durante o período da ditadura, a requerente dedicou-se à defesa da democracia, da igualdade, da educação estudantil e dos direitos sociais, por meio de intensa atividade política e de oposição aos abusos cometidos pelo regime militar", relatou o conselheiro Rodrigo Lentes.

ARQUIVO



Dilma Rousseff foi presa e torturada pela ditadura militar

QUEBRA DE SIGILO

Mauro Cid diz que ex-PGR Aras vazou informações

Mensagem enviada por Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, em janeiro de 2023, indica que ele teve acesso informal a informações sobre os inquéritos nos quais era investigado. O conteúdo, direcionado a um assessor jurídico do Exército, mencionava que os dados teriam sido repassados de forma "reservada" pela então vice-procuradora-geral da República, Lindôra Araújo.

A comunicação sugere um possível canal direto e extraoficial entre Cid e integrantes da Procuradoria-Geral da República (PGR), chefiada à época por Augusto Aras. Apesar de não haver registros de mensagens diretas entre Cid, Aras e Lindôra, os números de telefone deles estavam salvos no celular do militar. Em sua delação, Cid afirmou que Aras era presença frequente no Palácio da Alvorada e, em algumas ocasiões, acompanhado de Lindôra. A legislação proíbe o repasse informal de informações sigilosas. Especialistas alertam que esse tipo de contato, fora dos canais oficiais, fere normas do Ministério Público e pode indicar vazamentos estratégicos sobre investigações. O que disse Aras

Aras, que liderou a PGR entre 2019 e 2023, afirmou que não tem relação com Cid e negou envolvimento com os conteúdos das mensagens. Lindôra não comentou. Parte dos dados do celular de Cid, analisados pela PF e acessados pelo UOL, segue sob sigilo judicial.





Decretada emergência em seis municípios alagoanos

Número de pessoas atingidas pelas fortes chuvas passa de três mil no estado

VALDETE CALHEIROS
COLABORADORA

Os municípios Coqueiro Seco, Marechal Deodoro, Passo de Camaragibe, Rio Largo, São Luís do Quitunde e São Miguel dos Milagres tiveram a situação de emergência decretada, na tarde de ontem, pelo governo de Alagoas, em virtude dos estragos causados pelas fortes chuvas que castigam o estado desde o último sábado, 17. Ontem, a chuva deu uma trégua em Maceió. A previsão aponta chuvas até este sábado, embora com menor intensidade.

O documento foi assinado pelo governador em exercício Ronaldo Lessa. A medida, assinada no Salão de Despachos do Palácio República dos Palmares, no Centro da capital, será publicada em edição suplementar do Diário Oficial do Estado (DOE).

Com o reconhecimento por parte do poder executivo, o ministro Wellington Dias garantiu o envio de equipe do Forsuas – Força de Proteção do Sistema Único de Assistência Social – para avaliar situação do estado. O decreto estabelece situação anormal por um período de 180 dias para os municípios atingidos pelas chuvas.

De acordo com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, já são mais de 3.100 pessoas entre desabrigadas e desalojadas, em 16 municípios alagoanos. Deste total, 2.517 pessoas estão desalojadas e 653 estão desabrigadas.

Entre os municípios em situação de emergência, São Luís do Quitunde registra o maior número de afetados, com 1.588 desalojados e 386 desabrigados, seguido por São Miguel dos Milagres, com 300 desalojados e 100 desabrigados.

O decreto autoriza o estado e o governo federal a repassarem recursos financeiros e materiais aos municípios. Conforme o governador em exercício Ronaldo Lessa, esta é a resposta do governo de Alagoas para auxiliar as cidades atingidas pelas fortes chuvas.

Presente à assinatura do decreto, a secretária de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social (Seades), Kátia Born, informou que manteve contato telefônico com o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias. "Ele nos garantiu o envio de uma equipe da Forsuas para avaliar a situação no estado".

Kátia Born também anunciou que o estado publicou um crédito suplementar para a Seades, que será destinado à aquisição de cestas básicas, produtos de limpeza e colchões.

Na avaliação do coordenador estadual da Defesa Civil de Alagoas, coronel Moisés Melo, o decreto de emergência se faz necessário devido aos danos públicos e privados, com destaque para os danos à infraestrutura pública nas cidades atingidas.

Com o decreto, acrescentou ele, os municípios poderão ser atendidos rapidamente para que possam realizar compras com maior agilidade e restabelecer a normalidade, efetuando a limpeza das ruas, contratação emergencial de serviços e aquisição de alimentos, cestas básicas e materiais de higiene pessoal.

"Este decreto facilita a aquisição de bens, respeitando todo o processo legal de compra, por meio da dispensa de licitação", explicou o coronel.

A população que desejar colaborar com os municípios afetados pode doar cestas básicas, produtos de limpeza, higiene pessoal, além de roupas e outros materiais. As doações podem ser entregues no prédio da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, localizado na Rua Doutor Cirídião Durval, 85, no bairro do Farol, em Maceió.

Ontem, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh) reclassificou o nível de severidade meteorológica em Alagoas de Alerta Máximo para Estado de Atenção.

AGÊNCIA ALAGOAS



Governador em exercício Ronaldo Lessa assina decreto de estado de emergência para seis municípios atingidos pelas fortes chuvas deste mês

SECOM MACEIÓ



Trabalhadores da Alurb recolhem lixo na Praia da Avenida

SALGADINHO

Prefeitura retira 339 toneladas de lixo da foz

Autarquia Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Limpeza Urbana (Alurb) já retirou cerca de 339 toneladas de lixo da foz do Riacho Salgadinho, na Praia da Avenida. Os entulhos são provenientes dos descartes irregulares que acontecem em toda a cidade.

Durante o período chuvoso, o serviço é ampliado no local devido à grande quantidade de resíduos que acabam indo parar na faixa de areia, levados pelo córrego junto com as águas pluviais.

Contando com a ajuda de máquinas, os agentes de limpeza da Autarquia trabalham intensamente na varrição e recolhimento de itens como latas, garrafas de vidro, garrafas PET, plásticos em geral e até volumosos, como sofás, camas e colchões.

O diretor-presidente da Alurb, Moacir Teófilo, explicou que durante o período chuvoso, a situação da foz do Riacho Salgadinho fica complicada, pois muito lixo é arrastado pelas águas. "A prática do descarte irregular realizada na cidade prejudica nosso trabalho e ofende o meio ambiente", argumentou.

Além da limpeza na Foz do Salgadinho, a Alurb está realizando a limpeza de canais, por exemplo, em córregos e grotas, anteriormente mapeados, facilitando o escoamento das águas pluviais e evitando alagamentos. Estas tarefas visam amenizar os impactos causados pelas chuvas.

A Alurb encontrou desde móveis inservíveis, a pneus, passando por restos de podas de árvores, além de lixo doméstico e resíduos da construção civil. Todos esses itens são descartados de forma irregular pela população e encontrados em praças, vias públicas, terrenos e demais locais a céu aberto.

Para evitar acidentes, o órgão também conta com equipes de poda e supressão de árvores atuando em vários pontos da cidade, priorizando os atendimentos nos exemplares que caíram devido ao vento forte, que já ultrapassam 70 registros nestes últimos cinco dias.

Barreiras ainda ameaçam desabar em Maceió

De acordo com a análise das últimas rodadas dos modelos numéricos de previsão do tempo, as chuvas mais intensas já passaram em Maceió. Nas demais regiões do estado, a previsão é de chuva de fraca intensidade.

Apesar da melhora no cenário meteorológico, o solo encharcado mantém o risco de elevação de pequenos córregos e riachos, alagamentos em áreas com drenagem urbana deficiente e deslizamentos em encostas. A Secretaria segue monitorando o tempo em tempo real e poderá emitir novos alertas meteorológicos ou hidrometeorológicos, caso haja necessidade.

Os transtornos causados pelas chuvas trouxeram reflexos nos serviços prestados pela Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal). Doze municípios da Região Metropolitana de Maceió, Zona da Mata e Litoral enfrentam deficiência no fornecimento de água devido às chuvas intensas, falta de energia elétrica e problemas mecânicos.

A vazão foi reduzida em 30% para garantir qualidade do líquido a ser distribuído. Segundo técnicos da Casal, a retomada da vazão plena depende da melhora da água no manancial que, devido à alta intensidade das chuvas, está turva. Essa situação impossibilita o tratamento adequado.

Ainda segundo os técnicos, é possível que o abastecimento fique deficiente nos seguintes bairros: Jacintinho, Benedito Bentes, Farol, Pitanguinha, Gruta, Centro, Ponta Grossa, Prado, Trapiche, Vergel do Lago, Cruz das Almas, Pajuçara, Jatiúca, Mangabeiras, Cruz das Almas, Jacarecica e Poço.

EDILSON OMENA



Em diversos bairros, chuvas diminuem, mas barreiras podem deslizar

TEMPORAL

Defesa Civil reforça alerta e orienta que risco seja evitado

A Defesa Civil de Maceió alerta que a previsão meteorológica indica continuidade das chuvas até o próximo sábado (24) e reforça a necessidade de atenção redobrada em áreas sujeitas a alagamentos e deslizamentos. Para manter-se informado, a população deve acompanhar os boletins oficiais e seguir rigorosamente as orientações das equipes de emergência.

Em caso de qualquer situação de risco, o órgão pode ser acionado pelo telefone 199 ou 156, 24 horas por dia. Além disso, os moradores que desejarem receber mensagens de alerta diretamente no celular podem se cadastrar enviando o CEP por SMS ao número 40199, sem custo adicional.

"Nossas equipes estão nas ruas incansavelmente, nossa maior missão é salvaguardar vidas. Por isso reforçarmos à população: saia do local de risco até que chegue uma equipe, sua vida é mais importante", enfatiza o coordenador-geral, Abelardo Nobre. Ele acrescenta ainda que, desde sábado, já foram atendidos mais de 700 chamados: "Estamos desde sábado atendendo diversos tipos de ocorrência. Já são mais de 700 chamados, mas graças a Deus sem nenhuma vítima fatal. É importante que a população siga nossas orientações e nos acione a qualquer sinal de perigo."

A Defesa Civil de Maceió reforça: não hesite em pedir ajuda ao primeiro sinal de ameaça, mantenha desligados aparelhos elétricos em áreas alagadas.

CIDADES EM FOCO

ROBERTO BAIA
robertobaia9981@gmail.com



Esforço reconhecido



O deputado federal **Daniel Barbosa** destinou mais de R$ 7 milhões para a saúde pública de Arapiraca, em um esforço reconhecido publicamente pelo prefeito **Luciano Barbosa**. Segundo o gestor municipal, os recursos chegam em um momento importante e vão fortalecer a rede de atendimento, garantindo mais qualidade nos serviços e mais dignidade para a população.

INVESTIMENTO

O investimento será dividido entre duas frentes essenciais: os atendimentos de Média e Alta Complexidade, que abrangem hospitais, policlínicas e entidades filantrópicas; e a Atenção Primária, responsável pelo primeiro atendimento nas Unidades Básicas de Saúde. A aplicação dos recursos deve ampliar a capacidade da rede municipal e melhorar a infraestrutura das unidades de saúde.

REFERÊNCIA EM SAÚDE

Daniel **Barbosa** destacou o orgulho de representar Arapiraca, cidade referência em saúde no interior de Alagoas e uma das poucas do país com cobertura total do Programa Saúde da Família. O deputado reafirmou seu compromisso de seguir trabalhando para que o município continue sendo modelo de eficiência e cuidado com a população.

SÃO LUÍS DO QUITUNDE

A prefeita Márcia Rafaela Barros de Vasconcelos decretou situação de emergência em São Luís do Quitunde na noite da última quarta-feira, 21, após fortes chuvas atingirem o município desde o dia 18. O Decreto Municipal nº 017/2025 reconhece os danos provocados por inundações, alagamentos e transbordamento do Rio Santo Antônio, que causaram prejuízos em áreas urbanas e rurais. Famílias que vivem em locais de risco foram retiradas preventivamente e estão recebendo apoio da assistência social.

AÇÕES EMERGENCIAIS

Entre os principais problemas registrados estão danos em pontes, bueiros e estradas, além de assoreamento, erosão e acúmulo de lixo em diversas regiões da cidade. As chuvas também afetaram a prestação de serviços públicos e dificultaram o deslocamento da população. O decreto autoriza ações emergenciais, como desapropriações, entrada em imóveis para socorro imediato e dispensa de licitações para compra de itens e serviços essenciais.

CAMPANHAS DE ARRECADAÇÃO

Com validade de 180 dias, a medida permite a mobilização de todos os órgãos municipais, sob a coordenação da Defesa Civil. A prefeitura também poderá convocar voluntários e organizar campanhas de arrecadação. Enquanto aguarda o reconhecimento federal para liberação de recursos, a gestão municipal orienta os moradores a seguirem as instruções das equipes de emergência e informa que outras ações já estão sendo planejadas para reduzir os danos e recuperar as áreas atingidas.

AÇÕES IMEDIATAS

O Ministério Público de Alagoas (MPAL), por meio da 1ª Promotoria de Justiça, emitiu uma Recomendação à prefeita Ziane Costa e a secretarias municipais, cobrando ações imediatas para enfrentar o abandono de cães e gatos nas ruas da cidade. A medida foi motivada pelo aumento de denúncias sobre a falta de políticas públicas adequadas para o controle da população animal e pelos riscos à saúde pública, à segurança e ao meio ambiente.

ANIMAIS ABANDONADOS

A Prefeitura tem o prazo de 30 dias para realizar um levantamento do número de animais abandonados e 60 dias para apresentar um plano de proteção e bem-estar animal. Entre as ações sugeridas estão: castração gratuita com identificação dos animais, criação de um centro de acolhimento ou parcerias com ONGs, campanhas educativas sobre guarda responsável e inclusão de recursos específicos no orçamento municipal.

"DEZEMBRO VERDE"

Além dos animais domésticos, o MP também alertou para o perigo causado por animais de grande porte soltos em vias públicas, especialmente em áreas rurais, onde já foram registrados acidentes graves. A recomendação inclui ainda a adesão à campanha "Dezembro Verde", com ações de conscientização em locais de grande circulação, visando prevenir o abandono e promover a proteção animal de forma permanente.

• • • • • • • • • • • • • •

… A CBF definiu a equipe de arbitragem para os jogos da 6ª rodada do Grupo A-4 da Série D do Brasileirão. Neste sábado, 24, às 17h, o ASA recebe o Barcelona de Ilhéus no Estádio Coaracy da Mata Fonseca, em Arapiraca. O árbitro principal será Wanderson Marques Martins, do Ceará, com assistência de Wellington Fontes e Widcir Oliveira, ambos de Alagoas.

… Já no confronto entre Juazeirense e Penedense, às 16h, no Estádio Adauto Moraes, em Juazeiro (BA), a arbitragem ficará a cargo do pernambucano Hugo Soares, auxiliado por Maurício Mota e Wesley Santos, da Bahia.

… Na classificação do Grupo A-4, o ASA lidera com 13 pontos. Lagarto e Juazeirense aparecem na sequência, com 8 pontos cada, seguidos por Sergipe e Jequié, com 7. União-TO e Barcelona de Ilhéus somam 4 pontos, enquanto o Penedense ocupa a última posição, com apenas 2 pontos conquistados.

Em oito anos, 3,6 mil crianças são estupradas

Em municípios do Agreste, MP/AL afirma que números são alarmantes

A manutenção da cultura do estupro no Brasil pode ser comprovada por dados oficiais catalogados em todas as Secretarias de Segurança dos estados. De acordo com o Anuário da Violência de 2024, assustadoramente, no período de 2011 a 2023, no país houve um acréscimo de 95% nos números de abuso sexual contra crianças e adolescentes. Em Alagoas, de 2014 a 2022, conforme as estatísticas da Polícia Civil, ao todo, 3.677 crianças de 0 a 12 anos foram vítimas. Somente em Maceió, em 2023, foram registrados 277 estupros de crianças nessa mesma faixa etária, e a afirmação é foi Delegacia de Crimes Contra a Criança e Adolescentes (DCCA).

No entanto, esse histórico estarrecedor também é visto pelo interior, tendo o Ministério Público de Alagoas (MP/AL) empenhado todos os esforços para o seu combate. Em dois municípios do Agreste, Arapiraca e Craíbas, a promotora de Justiça Viviane Farias ressalta que os números de denúncias são alarmantes e as subnotificações podem configurar um silêncio que preocupa.

Como em todo lugar, nas duas cidades, na maioria dos casos aportados na Promotoria de Infância e da Juventude os abusadores, segundo a promotora, são do núcleo de convivência familiar ou de confiança como: pais, padrastos, primos, tios e também avós. Recentemente, duas denúncias feitas por ela culminaram na prisão de dois pais que abusaram das filhas, em um deles uma menina de 15 anos engravidou do genitor. Mas, um assunto que precisa ser tratado, afirma, é em relação à ignorância do crime, do conhecimento e participação indireta de terceiros a exemplo de mães que protegem os abusadores.

ASCOM MP/AL



Número de crianças abusadas são alarmantes em todo o estado

Governo inaugura novo núcleo da Defensoria Pública, no Centro

O governador em exercício Ronaldo Lessa inaugurou na quarta-feira (22) o novo núcleo da Defensoria Pública instalado na sede da Vice-Governadoria, no Centro de Maceió. A ação foi marcada por um mutirão de atendimentos jurídicos gratuitos, realizado das 8h às 12h, no auditório da instituição.

Voltada à população em situação de vulnerabilidade, a iniciativa ofereceu orientações e atendimentos nas áreas de família e sucessões — como divórcios, pensão alimentícia, inventário, alvará por óbito, retificação de registro civil e emissão de segundas vias de certidões.

O novo núcleo amplia a rede de atendimento da Defensoria Pública do Estado, que já atua em bairros como Jacintinho, Vergel, Antares, Benedito Bentes e Cruz das Almas.

Esta será a segunda unidade instalada no Centro da capital, somando-se à já existente na Assembleia Legislativa. O objetivo é facilitar o acesso aos serviços jurídicos para os moradores da região central e reforçar o compromisso com os direitos de quem mais precisa.

Para o governador em exercício Ronaldo Lessa, a inauguração representa um avanço importante na democratização da Justiça. "Estamos ampliando e oficializando esse espaço para que as pessoas conheçam e possam se defender. O acesso à Justiça é para todos. A Vice-Governadoria não pode ser apenas uma casa de espera; ela tem que estar a serviço da sociedade", afirmou.

A subdefensora pública-geral, Thais Moreira Pimenta, também destacou o impacto da iniciativa. "É muito relevante para a população ter esse acesso facilitado. A Defensoria busca garantir direitos e se aproximar de quem mais precisa, especialmente dos mais vulneráveis", declarou.

Com esta nova etapa, o Governo de Alagoas reafirma seu compromisso com a cidadania e os direitos fundamentais, garantindo à população o suporte jurídico necessário para exercer sua plena participação na sociedade.

Atualmente, somente Maceió tem seis núcleos de atendimento. Esses núcleos são parte do Programa de Prevenção e Cessação do Tabagismo da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), e visam oferecer suporte e tratamento para quem deseja parar de fumar. Os núcleos estão distribuídos em pontos estratégicos da cidade. Onde não tiver núcleo, a população deve procurar o Fórum.

ASCOM VICE-GOVERNADORIA



Núcleo amplia a rede de atendimento e é inaugurado com mutirão

Delmiro: MP/AL recomenda mais cuidados com animais de rua

Abandonados nas ruas, em total estado de vulnerabilidade, mas também levando riscos à saúde, bem como à segurança da população. Tal situação exigiu que, em Delmiro Gouveia, o Ministério Público de Alagoas (MP/AL), por intermédio da 1ª Promotoria de Justiça, emitisse Recomendação à prefeita Ziane Costa e às secretarias municipais de Saúde, Meio Ambiente e Vigilância Sanitária estipulando um prazo de 30 dias para levantamento populacional de cães e gatos nestas condições, e 60 dias, no máximo, para a apresentação de um projeto de Política Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal.

O promotor de Justiça Dênis Guimarães, autor da Recomendação, oriunda do Procedimento Administrativo nº 09.2022.00000606-5, destacou no documento que é dever do Município adotar providências que culminem no controle de doenças zoonóticas, promovendo uma convivência salutar entre as pessoas e os animais.

"Recebemos várias denúncias, verificamos a ausência de políticas públicas eficazes nesse sentido e, conforme a lei de crime ambiental estamos diante de maus-tratos de animais domésticos que podem ocasionar danos, não somente à saúde, já que fazem suas necessidades fisiológicas em vias públicas, podendo a população direta ou indiretamente ter contato, mas promover ataques e provocar acidentes. É preciso, dessa forma, que o Município faça um controle e encontre a forma correta para mudar essa realidade, inclusive levando benefícios, também, ao meio ambiente", esclarece Dênis Guimarães.

Conforme a Lei 13.426/2017, que trata sobre o controle de natalidades desses animais, mencionada na Recomendação, há uma obrigatoriedade de se criar políticas públicas para o controle de natalidade de cães e gatos, animais com maior percentual de abandono, com programas de esterilização cirúrgica tanto em respeito à dignidade da pessoa humana, como para garantir a proteção animal e o desenvolvimento sustentável.

REPRODUÇÃO



Animais vivem abandonados e põem em risco saúde da população

ÂNGULO GERAL



EDMILSON TEIXEIRA
etjornalista@gmail.com

Exposição nordestina

Neste sábado, 24, Arapiraca/AL se tornará na capital nordestina da raça de cães Pastor Alemão. Será na AABB, local que sediará a IIIª etapa do Ranking Norte/Nordeste da raça, a partir das 9h, que se trata da 10ª exposição, que está sendo organizada por uma parceria entre o Núcleo Clube Alagoano do Pastor Alemão e a Sociedade Sergipana de Criadores de Cães Pastores Alemães, ambas filiais do Clube Brasileiro do Pastor Alemão. Este evento reunirá os melhores cães de sete estados nordestinos (menos MA e PI), pois se trata de um dos maiores encontros cinófilos da região.

APOIO

Com a chegada das chuvas, a Prefeitura de Delmiro tem reforçado seu compromisso com os pequenos produtores rurais. Por meio da Secretaria de Agricultura, o programa de aração de terras gratuita é uma iniciativa vital que pretende fortalecer a agricultura familiar na região. Agora em 2025, cerca de 100 famílias já foram beneficiadas nas comunidades rurais de áreas irrigadas.

SISTEMA

A ação oferece o preparo do solo de forma gratuita, ajudando a reduzir custos para os agricultores e a impulsionar a economia local. Até o mês de maio deste ano, já foram realizadas 500 tarefas de terra aradas, um número significativo que demonstra o impacto positivo do programa. Em um cenário onde a eficiência na produção é crucial, a aração do solo facilita o plantio, melhora a produtividade e assegura um cultivo mais rentável.

POLÊMICA

O Senado Federal aprovou nesta quarta-feira (21) o Projeto de Lei 2.159/2021, também conhecido como PL da Devastação, em uma votação marcada por descompromisso com o futuro do país. O texto fragiliza as regras de licenciamento ambiental, ao mesmo tempo em que reduz a responsabilidade de empresas por impactos socioambientais decorrentes das suas atividades.

PONTO DE VISTA

Para o Greenpeace Brasil, a decisão representa uma verdadeira "licença para desmatar e destruir", ao permitir que empreendimentos que podem gerar impacto ambiental relevante avancem com pouca ou nenhuma prevenção. A proposta autoriza, por exemplo, que empresas se autodeclararem isentas de licenciamento por meio de formulários online, retirando do Estado o dever de avaliar riscos ambientais — um cenário que pavimenta o caminho para novas tragédias.

MORADIA

Jarbas Ricardo, prefeito de São José da Tapera/AL, destacou a importância de sua participação na XXVI Marcha dos Municípios em Brasília nesta semana. Durante o evento, o prefeito falou sobre os avanços que sua administração tem buscado para garantir moradia de qualidade aos cidadãos.

SITUAÇÃO

"O trabalho aqui em Brasília segue em ritmo acelerado, com a garantia de moradia de qualidade para o nosso povo", afirmou Jarbas Ricardo. Ele ressaltou que, no ano passado, conseguiu uma emenda no valor que permitirá a construção prevista para agora em 2025 de 50 casas no município, uma conquista significativa para atender às necessidades habitacionais. Desta vez, a promessa vinda de Brasília é que mais 30 casas serão incluídas para que 80 seja erguida neste ano.

ZUM-ZUM-ZUM

Conforme o blogueiro Ricardo Mota, o suplente de vereador por Maceió, Charles Hebert (PC do B) pode assumir uma vaga na Câmara Municipal. Lembrando que ele foi um dos nomes apoiados por Paulo Dantas, em 2022. "O ex-árbitro e ex-secretário de esportes ocuparia a cadeira de Silvio Camelo Filho (PV), com a obrigação de ser candidato a deputado estadual em 2026, para ajudar na reeleição de Silvio Camelo pai. Eles são da mesma federação partidária. O deputado tem se mostrado um grande estrategista eleitoral, conseguindo manter-se no mandato com a menor votação entre os eleitos na Casa de Tavares Bastos."

DO CAMPO PARA AS LIVRARIAS

O que está por trás da performance em campo, da fama e polêmicas de uma celebridade do esporte? A humanidade e o propósito. No livro O que me fez Tricampeão, o ídolo recém-aposentado Felipe Melo abre o coração para mostrar uma versão de si que poucos conhecem: um homem com virtudes e defeitos, que precisa encarar diariamente as próprias lutas e fragilidades, mas também alguém perseverante, sonhador e ancorado na fé.

PERCURSO

Para narrar os bastidores de sua trajetória, o ex-volante revisita a temporada histórica de 2023, quando desempenhou papel crucial para levar o Fluminense ao primeiro título continental – mesmo sendo parte de um elenco subestimado pela idade; ele próprio aos 40 anos. A partir das vivências e meandros deste ano decisivo, o atleta destaca outras facetas, como o papel de líder e inspiração para os colegas, o peso das críticas, o apoio da família e a força da espiritualidade como chave para a vida dentro e fora de campo.

BIOGRAFIA

Felipe Melo é ex-jogador e ídolo do futebol brasileiro. Iniciou sua carreira aos 9 anos, mas somente se destacou como profissional aos 18, quando disputou a Copa dos Campeões e o Campeonato Carioca como meio de campo do Flamengo. Jogou também no Cruzeiro e no Grêmio antes de partir para uma carreira internacional na Espanha, Itália e Turquia. Atuou na Seleção Brasileira nos anos de 2009 e 2010 e, em 2017, retornou ao Brasil já contratado pelo Palmeiras. No alviverde, foi duas vezes campeão da Taça Libertadores das Américas, nos anos de 2020 e 2021. Ou seja, é tri continental somando com o título do Flu.

Polícia prende 12 de facção criminosa

Ação integrada também apreende cerca de R$ 100 mil em dinheiro, armas e drogas com o grupo Comando Vermelho

Amanhã de ontem marcou mais um capítulo decisivo no enfrentamento ao crime organizado em Alagoas. A Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) deflagrou uma grande operação integrada em parceria com as Polícias Civil e Militar para desarticular um braço da facção criminosa Comando Vermelho (CV) que atuava em Maceió e Marechal Deodoro. Doze pessoas foram presas e aproximadamente R$ 100 mil em espécie, duas armas, munições e drogas foram apreendidos pelos policiais durante o cumprimento dos mandados.

A ação integrada foi coordenada pessoalmente pelo secretário Flávio Saraiva, que contou com o apoio do delegado-geral da PC/AL, Gustavo Xavier; do comandante-geral da PM, coronel Paulo Amorim; do chefe da Inteligência Integrada da SSP, delegado Gustavo Henrique, e do delegado João Marcelo da Dracco. A operação representou um duro golpe contra uma das maiores organizações criminosas em atividade no país, consolidando a atuação firme e estratégica da cúpula da Segurança Pública de Alagoas.

O secretário Flávio Saraiva reforçou que a ofensiva desta quinta-feira é parte de um esforço contínuo e diário da SSP contra o crime organizado. Segundo ele, o Estado tem adotado uma postura firme, com base em inteligência, integração entre forças e resposta rápida.

"Estamos mostrando que em Alagoas o crime não tem espaço. A atuação integrada das forças de segurança, com base em inteligência e planejamento, é o caminho mais eficaz para enfraquecer essas organizações. Diariamente, a SSP realiza diversas ações de combate ao crime organizado, em especial contra as facções criminosas. Só nos últimos três anos, realizamos mais de 450 operações integradas contra faccionados, que resultaram em mais de 1.100 prisões. Isso mostra que o enfrentamento ao crime aqui é constante e estratégico", afirmou o secretário.

As investigações, conduzidas pela Diretoria de Repressão à Corrupção e ao Crime Organizado (Dracco/PC/AL), revelaram uma complexa estrutura criminosa com envolvimento em tráfico de drogas, homicídios e circulação ilegal de armas. O trabalho investigativo foi resultado de meses de monitoramento, análise de informações e atuação técnica, que subsidiaram a expedição dos mandados pela 17ª Vara Criminal da Capital.

O delegado-geral Gustavo Xavier destacou o trabalho técnico da Polícia Civil e a importância das provas robustas reunidas durante as investigações para viabilizar o cumprimento dos mandados.

"A Dracco vem realizando um trabalho meticuloso, baseado em provas consistentes, o que tem garantido o deferimento de mandados judiciais e resultados expressivos como os de hoje. Essa é a prova de que o investimento em investigação qualificada, tecnologia e inteligência tem produzido efeitos concretos no combate ao crime organizado. Essas operações não nascem do acaso — são o resultado de muito trabalho silencioso e dedicado das nossas equipes", declarou.

ASCOM PC/AL



Policiais cumprem mandados expedidos pelo Justiça contra o grupo

Bope dá resposta às ameaças explosivas em AL

ASCOM PM/AL



Estado tem se tornado doutrinador na preservação de vestígios

Manhã de uma terça-feira. Um terminal de passageiros sendo evacuado às pressas. Voos interrompidos, passageiros e funcionários atemorizados diante de uma ameaça de bomba. Um pacote suspeito aparentemente abandonado junto aos guichês. Cumprindo o protocolo de segurança, o aeroporto é esvaziado e o Esquadrão Antibombas do Batalhão de Operações Especiais (Bope) da Polícia Militar chega.

Com extrema cautela, os militares especialistas avaliam a situação e a suspeita de bomba é descartada. O que parece uma cena de filme foi uma situação real, ocorrida em 13 de setembro de 2022 no Aeroporto Zumbi dos Palmares, em Rio Largo, Alagoas.

O fato ocorreu no mesmo ano em que, segundo a Secretaria de Estado do Turismo de Alagoas (Setur), em plena retomada do setor após a pandemia da Covid-19, cerca de 50 mil pessoas embarcaram ou desembarcaram no terminal. Os números evidenciam o potencial de danos humanos que uma bomba, se confirmada, poderia ter causado.

Onze anos antes, um ataque suicida no setor de desembarque internacional do maior aeroporto da Rússia, em Moscou, deixou mais de 30 mortos e mais de 170 feridos. O mundo assistiu estarrecido. Felizmente, em Alagoas, tratou-se de um alarme falso, mas a ação rápida evitou um grande prejuízo financeiro, reduziu os danos emocionais e, o mais importante, preservou vidas.

Por definição, bombas são artefatos feitos para causar algum tipo de destruição, de forma intencional ou não. Qualquer objeto que tenha sido preparado, armado ou disfarçado com o propósito de provocar dano — seja por explosão, incêndio, estilhaços ou até a liberação de substâncias tóxicas, biológicas ou radioativas — pode ser considerado uma bomba.

Já a ameaça de bomba é a comunicação ou suspeita fundamentada da existência de uma bomba em um local, podendo ser falsa ou verdadeira.

ESPECIAIS

Esquadrão Antibombas atende ações com artefatos

O Esquadrão Antibombas do Bope da Polícia Militar de Alagoas (PM/AL) é o setor responsável por atender ocorrências que envolvam o uso de artefatos explosivos ou a necessidade de intervenções visando eliminar ou minimizar o potencial risco oferecido por este tipo de artefato. Quem apresenta as especificidades dessa missão é um sargento com larga experiência.

Com quase 19 anos de serviços prestados à corporação alagoana, 11 deles como explosivista do Bope, o sargento Wagner Francelino é especialista e instrutor de cursos em Alagoas e já percorreu diversos estados brasileiros ministrando aulas em instituições coirmãs. O militar acumula diversas histórias de atuação em ações de prevenção e de resposta envolvendo explosivos. Ele é também o militar que está há mais tempo na função.

Ele diferencia as ações antibomba e contrabomba. A primeira é de caráter preventivo ou de reação imediata a um atentado. A atuação vai até o nível de localização ou caracterização da existência da bomba. É empregada visando segurança de pessoal e instalações e também pode incluir análise de atentados à bomba, buscas preventivas e localização de objetos suspeitos.

Já a ação contrabomba é de caráter repressivo. Trata-se de uma reação profunda a um atentado. Só devem ser realizadas por pessoal técnico e habilitado, pois envolve alto risco de vida. Os principais exemplos de ações contrabombas são identificação de objetos suspeitos, desativação de bombas e explosivos, perícia e investigação de atentados.

A rotina pode envolver medidas preventivas, como inspeções de rotina.

bradesco
LEILÃO SOMENTE ONLINE 25 IMÓVEIS
FECHAMENTO: 05/06/2025 a partir das 13h00
FREITAS LEILOEIRO OFICIAL
LOCALIDADES: AL AM GO MG MS MT PE PR SC SP
À VISTA COM 10% DE DESCONTO ✓ PARCELAMENTO EM 12 MENSAIS IGUAIS OU EM ATÉ 48 VEZES COM JUROS/CORREÇÃO*
LOTE 01 - SÃO MIGUEL DOS CAMPOS/AL - CASA
Rua A5, n°25, (Lt. 25 da qd. 05) - BAIRRO ANTÔNIO COUTINHO
Área Terreno: 155,00m²
Área Construída: 89,22m²
Lance Mínimo: R$ 82.000,00 | Mínimo à Vista: R$ 73.800,00
Lances "on-line", *condições de venda e pagamento de cada lote e fotos consulte site do leiloeiro. Mais informações: https://VITRINEBRADESCO.com.br/
(11) 3117.1001 | sac@freitasleiloeiro.com.br
Sergio Villa Nova de Freitas - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316
www.freitasleiloeiro.com.br

EXÉRCITO BRASILEIRO
59º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO

MINISTÉRIO DA DEFESA
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico SRP n° 90007/2025 – UASG 160004

Objeto: Contratação de Material Odontológico. Edital disponível: 23/05/2025 das 09h00 às 16h00, no site https://59bimtz.eb.mil.br ou https://pncp.gov.br/app/editais. Envio das propostas: a partir de 23/05/2025 no site https://www.gov.br/compras/pt-br. Fase de lances: 10/06/2025 às 09h00.



Edição impressa produzida pelo Jornal Tribuna Independente com circulação diária em bancas de jornais e assinantes. A autenticação desde documento pode ser conferida através do QR CODE ao lado ou direto no site https://tribunahoje.com/listagem-tribuna

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO CASADO

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
MODALIDADE: DISPENSA ELETRÔNICA N.º 002/2025;

Tipo: menor preço por grupo de itens; - Processo n.º 0107.0012-2025;
Disponibilidade: https://licitacoes-e2.bb.com.br;
Objeto: Registro de preços para futura e eventual prestação do serviço de publicações nos diários da União (DOU), diário do Estado (DOE) e Jornal de grande circulação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital do Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
Data de realização: 26 de maio de 2025, às 09h (horário de Brasília);
Informações: licitação.odc@outlook.com.

Olho D'Água do Casado/AL, 20 de maio de 2025.
LUZIA CRISTINA DE ALMEIDA
Agente de Contratação/Pregoeira

MUNICÍPIO DE ESTRELA DE ALAGOAS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2025-SRP

Modalidade/Nº: Pregão Eletrônico nº 09/2025-SRP – Tipo: Menor Preço – Objeto: Registro de preços para aquisição de Gêneros Alimentícios da Merenda Escolar, , itens remanescentes, destinado a atender as demandas com a Alimentação Escolar nas Escolas Municipais de Educação Básica e Centros Municipais de Educação Infantil – **Data/Horário: 05 de junho de 2025, às 09:00 (nove horas) - (horário de Brasília)** – O Edital em inteiro teor encontra-se disponível no site: http://bnc.org.br/, no Portal da Transparência do município, no endereço sede da Prefeitura localizada na Praça Luiz Duarte, nº 110, Bairro Centro, CEP 57.625-000, Estrela de Alagoas/AL, em dias úteis, no horário das 08 às 13 horas, ou por meio eletrônico, mediante solicitação enviada ao e-mail: licitacaoestreladealagoas@outlook.com.

ISADORA ALMEIDA MELO
Pregoeira

EXÉRCITO BRASILEIRO
59º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO



AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico SRP n° 90035/2025 – UASG 160004

Objeto: Contratação de Serviços Gráficos. Edital disponível: 23/05/2025 das 09h00 às 15h30, no site https://59bimtz.eb.mil.br ou https://pncp.gov.br/app/editais. Envio das propostas: a partir de 23/05/2025 no site https://www.gov.br/compras/pt-br. Fase de lances: 06/06/2025 às 09h00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO CASADO

AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 014/2025;

Tipo: menor preço por grupo de itens; - Processo n.º 0321.0012/2025;
Disponibilidade: https://licitacoes-e2.bb.com.br;
Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças para a frota própria do Município de Olho D'Água do Casado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos;
Data de realização: 09 de junho de 2025, às 09h (horário de Brasília);
Informações: licitação.odc@outlook.com.

Olho D'Água do Casado/AL, 21 de maio de 2025.
LUZIA CRISTINA DE ALMEIDA
Pregoeira

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Mármores e Granitos; Produtos de Cimento e Artefatos de Concreto Armado; Manutenção em Instalações Elétricas; Gás; Hidráulicas e Sanitárias no estado de Alagoas.
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O presidente no uso das suas atribuições estatutárias convoca a categoria de trabalhadores da produção e montagem da área **MARMORES E GRANITOS** em Alagoas, que abrange este sindicato, que será realizada na sede da entidade e canteiros de obras se necessário, para comparecerem na Assembléia Extraordinária que será realizada no dia 28 de Maio de 2025. Em 1ª Convocação às 8:00hs com 50% + 1 da categoria presente ou em 2ª Convocação ás 8:30hs com qualquer nº de trabalhadores, para deliberação da proposta do fechamento da CCT 2025/2026, na pauta : 1º - Manutenção da CCT 2024-2025 ; 2º Reajuste Salarial de 6% ;3º Inclusão de um pacote de leite de 200g na cesta básica e conforme o artigo 513 alinea "E" da consolidação das leis do trabalho e decisão do S.T.F, será descontada a contribuição assistencial de todos os trabalhadores beneficiados com a convenção coletiva de trabalho em duas vezes de 1% sobre o salário base dos associados e 3% dos não associados, com direito a oposição no sindicato da categoria. O não comparecimento da Categoria cabe a decisão ao Sindicato Representativo. Maceió, 23/05/2023 - José Cícero do Nascimento - Presidente.

CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO SAN MARINO RESIENCE SERVICE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores condôminos do **EDIFÍCIO SAN MARINO RESIDENCE SERVICE**, situado à Rua Noel Nutels nº437, Bairro da Ponta Verde em Maceió – AL, convocados para comparecer à **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA** , a ser realizada em primeira convocação às 10:30 horas do dia 05 de Junho de 2025, no Salão de Eventos do Edifício, no endereço supra citado, para deliberação dos seguintes assuntos:

A) Apreciação e deliberação da prestação de contas da síndica;
B) Apreciação do orçamento e fixação da taxa de condomínio para o próximo exercício;
C) Apreciação e fixação de taxa extra devido à primeira fase de reforma da fachada.

Se não houver número em primeira convocação, a Assembléia se instalará em segunda convocação, às 11:00 horas no mesmo dia e local com qualquer número observado, entretanto, o quórum específico estabelecido para cada matéria na convenção e na Lei.

Maceió, 23 de Maio de 2025.
Condomínio do Edifício San Marino Residence Service

JULIANA AVELINO PINTO RODRIGUES RAFAEL, inscrita no CPF nº 040.275.934-64, residente na Fazenda Limeira, s/n, Zona Rural, Colônia Leopoldina – AL, torna público que requereu ao Instituto do Meio Ambiente de Alagoas – IMA/AL, a **Renovação da Licença de Instalação – RLI para o empreendimento Loteamento Genildo Loureiro Pinto, localizado na Fazenda Limeira, s/n, Zona Rural, Colônia Leopoldina – AL.**

A **ASA BRANCA INDL. COML. E IMPORTADORA LTDA**, inscrita no CNPJ 03.636.036/0016-30, localizada na Av. Asa Branca, nº 342 – Distrito Industrial – Terreo e Anexo 1, Guaribas, Arapiraca/AL, torna público que requereu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SMDUMA, a **Regularização da Licença Ambiental de Operação.** Foi determinado estudo de impacto ambiental.

AUTO POSTO BAIXA GRANDE LTDA - ME, inscrita no CNPJ Nº 29.736.718/0001-22, localizada na Avenida José Emídio de Lima, Nº 150, Jardim Esperança, Arapiraca/AL, CEP: 57.307-350, Atividade: Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, Torna público que requereu do Instituto do Meio Ambiente IMA/AL a **RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO** de acordo com as Leis Ambientais Vigentes.

Conenge Engenharia LTDA, inscrita com CNPJ n 07.073.572/0001-40, na Avenida Eraldo Lins Cavalcante, 831, Serraria, Mceió/AL, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB a **Autorização Ambiental Prévia, para atividade econômica de Construção de Edifícios, Para o Edifício Altimus, localizada na Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, S/N, Cruz das Almas, Maceió/AL**

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PROPRIETÁRIOS DE LOTES DO LOTEAMENTO PATACHO ECO RESIDENCE, CNPJ 52.616.663/0001-39, Loteamento Patacho Eco Residence, AL 101 Norte, s/n, Povoado Lages, Porto de Pedras/AL, CEP 57.945-000, torna público que requereu ao IMA/AL, a **AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, para implantação de Estrutura de Proteção Costeira do Tipo Sandbag e Muro de Gravidade na Praia do Patacho, Porto de Pedras/AL.** Foi determinado estudo de impacto ambiental.

SOLVER – SOLUÇÕES VERDES E AMBIENTAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ 60.589.224/0001-02, situada na Fazenda Boa Fortuna, sn, Lote 89, Prefeito Antônio Lins de Souza, CEP 57100-000, Rio Largo – AL, torna público que requereu a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA/Rio Largo-AL a **AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DE OPERAÇÃO, para a atividade de COLETA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS do empreendimento denominado "SOLVER – SOLUÇÕES VERDES E AMBIENTAIS".**

TERRA SOLUCOES LTDA, inscrito no CNPJ: n° 60.068.077/0001-25, Sítio Povoado Alecrim, s/n, Zona rural, Girau do Ponciano/AL, CEP: 57360-000, torna público que está requerendo ao Instituto do Meio Ambiente - IMA/AL, a **Licença Prévia referente a extração de Areia, localizado na Fazenda Progresso e Povoado Carrasco, zona rural do município de Girau do Ponciano/AL.**

AUTO POSTO CAMPESTRE LTDA - EPP, inscrita no CNPJ Nº 41.160.201/0001-33, localizada na Avenida Tancredo de Almeida Neves, Nº 290, Centro, Campestre/AL, CEP: 57.968-000, Atividade: Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, Torna público que requereu do Instituto do Meio Ambiente IMA/AL a **RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO** de acordo com as Leis Ambientais Vigentes.

NOME DA EMPRESA: **RAIA DROGASIL S/A,** inscrita no CNPJ/MF sob o n°. 61.585.865/0001-51, situada na Avenida Eraldo Lins Cavalcante, s/n°. - Quadra M - Bairro: Serraria - Maceió/AL - CEP N°. 57.046-570, com atividades de: 47.71-7-01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, SEM MANIPULAÇÃO DE FÓRMULAS. Torna público que requereu à SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO – SEMURB - Maceió/AL, a **AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL de "REGULARIZAÇÃO DE: PRÉVIA, IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO"**, para o empreendimento denominado " RAIA DROGASIL ", situada na Avenida Eraldo Lins Cavalcante, s/n°. - Quadra M - Bairro: Serraria - Maceió/AL - CEP №°. 57.046-570 - Foi solicitado o Plano de Gerenciamento dos Resíduos de Serviço de Saúde (PGRSS) e o Estudo de Capacidade Ambiental - (EcA).

NOME DA EMPRESA: **WASHINGTON LUIZ MAGALHAES DE MELO FILHO** INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº. COMO O CNPJ AINDA NÃO FOI ABERTO UTILIZAR CPF DO SOLICITANTE: 061.630.954-64 SITUADO(A): AVENIDA PROFESSOR SANDOVAL ARROXELAS, 116. COM ATIVIDADES DE: GALPÃO COMERCIAL TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO – SEMURB – MACEIÓ/AL, A **AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL TEMPORÁRIA**. FORAM SOLICITADOS ESTUDOS AMBIENTAIS: PGRCC E ECA.

NOME: **EMERSON ADRIANO DOS SANTOS ALMEIDA**, inscrito no CPF/MF sob o nº. 724.920.314-20, situado na Avenida Engenheiro Roberto Duarte Santana, nº. 24 – Bairro: Jaraguá – Maceió/AL – CEP Nº. 57.021-181, com atividade de: EMPRESÁRIO. Torna público que requereu a SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO – SEMURB - Maceió/AL, a **AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL de "PRÉVIA", para o empreendimento denominado "GALPÃO COMERCIAL",** situado na situado na Rua Mizael Domigues, nº. 156 – Bairro: Poço - Maceió-AL, atual Avenida do Ferroviário, s/nº. - Quadra 0030 - Lote 14 – Bairro: Centro – Maceió/AL – CEP Nº. 57.020-600 – Não foi solicitado Estudos Ambientais.

NOME DA EMPRESA: **EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A** , INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O No. 06.626.253/0163-17 - SITUADA: AV FERNANDES LIMA, 315 – FAROL CEP 57.055-000 . COM ATIVIDADES DE: COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, SEM MANIPULAÇÃO DE FÓRMULAS, TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE – SEMURB – MACEIÓ/AL, A **RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DE OPERAÇÃO**

LT ESTETICA E SAUDE INTEGRATIVA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 60.226.285/0001-05, situada na R DOUTOR JOSÉ AFFONSO DE MELLO, Nº 118 SALA 812 COND HARMONY TRADE CENTER - Jatiuca, CEP 57.036-510- Maceió, Alagoas, com ATIVIDADE PRINCIPAL: Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza E ATIVIDADE SECUNDÁRIA: Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica Torna público que requereu a SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO – SEMURB, Maceió/AL, a **AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL, de "REGULARIZAÇÃO DE OPERAÇÃO", para o empreendimento denominado "LT ESTETICA E SAUDE INTEGRATIVA"**, situada na R DOUTOR JOSÉ AFFONSO DE MELLO, Nº 118 SALA 812 COND HARMONY TRADE CENTER -Jatiuca, CEP 57.036-510- Maceió, Alagoas. - Foi solicitado o Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos de sauúde (PGRSS) e o Estudo de Capacidade Ambiental (ECA).

NOME DA EMPRESA: **AÇONORDESTE** , INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O No. 07.122.759/0001-96 - SITUADA: AV DEPUTADO SERZEDELO DE BARROS CORREIA, 289 CLIMA BOM, MACEIO – AL CEP 57.071-230 . COM ATIVIDADES DE: 46.72-9-00 - Comércio atacadista de ferragens e ferramentas, TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE – SEMURB – MACEIÓ/AL, A **RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DE OPERAÇÃO.**

NOME DA EMPRESA: **EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A** , INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O No. 06.626.253/0138-06 - SITUADA: RUA DOUTOR ALFREDO OITICICA, PITANGUINHA, 57.055-230 . COM ATIVIDADES DE: COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, SEM MANIPULAÇÃO DE FÓRMULAS, TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE – SEMURB – MACEIÓ/AL, A **RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DE OPERAÇÃO.**

A empresa **PESSOA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ 26.727.579/0001-82, situada na Rua Manoel Pereira dos Santos, nº 1675 – Bloco 03 – Sala 01, bairro Senador Arnon de Melo, Arapiraca/AL, CEP 57.315-100, com atividade principal 64.62-0-00 – Holdings de instituições não-financeiras, torna público que requereu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB- Maceió/AL, a **Autorização Ambiental Municipal de "Regularização de Instalação", para o empreendimento denominado "PESSOA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS",** situada na Avenida Engenheiro Corintho Campelo da Paz, nº 1760 – Lotes 15 e 16 – Quadra T, bairro Santos Dumont, Maceió/AL, CEP 57.075-440. Foi solicitado o Plano de Gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil – PGRCC e o Estudo de Capacidade Ambiental (ECA).

NOME DA EMPRESA: ***EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A*** , INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O No. * 06.626.253/0948-90* - SITUADA: * AV PRATAGY, BENEDITO BENTES, 57.084-080, 516, MACEIO/AL* . COM ATIVIDADES DE: COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, SEM MANIPULAÇÃO DE FÓRMULAS, TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE – SEMURB – MACEIÓ/AL, A **RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DE OPERAÇÃO.**

A **ROSSE INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA**, inscrita no CNPJ 52.727.994/0001-46, lograda na TV. Gilberto Pereira, nº 1, Centro, Junqueiro – AL, CEP: 57.270-000, possui como CNAE Principal 41.10-7-00 – (Incorporação de empreendimentos imobiliários), torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Arapiraca, a **Regularização da Licença de Instalação do empreendimento denominado Residencial Belo Jardim, localizado na Rua Aureliano Luiz Pereira, SN, Loteamento Bosque das Árvores, Quadra H, Lote 01 e 02, São Luiz, Arapiraca – AL.**

PORTO SALLES EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 11.322.642/0001-23, Rua Antonio Cansanção, 675, Ponta Verde, Maceió/AL, CEP 57035-190; torna público que requereu ao IMA/AL, a **AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, da implantação de um Muro de Gravidade em Concreto para contenção de erosão fluviomarinha**, em frente ao imóvel de sua propriedade, localizado no Loteamento Ilha da Lagoa, lotes 02 e 03, Povoado Massagueira de Baixo, CEP 57160-000, Marechal Deodoro/AL. Foi determinado estudo de impacto ambiental.

NOME DA EMPRESA: **LARES CONSTRUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.328.700/0001-78, situada na Avenida Dr. Antônio Gouveia, n° 993 - Quadra 06- Lote 320 - Bairro: Pajuçara - Maceió/AL - CEP nº 57.030-170, com Atividade de CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS. Torna público que requereu a SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO - SEMURB, Maceió/AL a **AUTORIZAÇÃO PRÉVIA para o empreendimento denominado "BRAMANTE", situado na Av. Álvaro Otacílio, Bairro: Ponta Verde - Maceió/AL - CEP nº 57.035-180.**

CAETEX FLORESTAL S.A. CNPJ nº 18.842.121/0001-46

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2024

O ano de 2024 encerrou-se em um cenário econômico desafiador, caracterizado por um crescimento moderado e incertezas para 2025. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revisou para cima a projeção do PIB ao longo do ano, mas a combinação da inflação oficial de 4,83% - acima do limite da meta estabelecida pelo Banco Central - e da alta do dólar, que atingiu seu maior patamar histórico, aumentou a pressão sobre o consumo e os custos produtivos.

A receita líquida de vendas de R$ 22.702 de 2024, apresentou uma redução de 77,38% em comparação a R$ 100.362 do ano de 2023.

Em 2024, o Valor Justo do Ativo Biológico de R$ 7.632 teve uma desvalorização de 90,72% em comparação a R$ 82.220 em 2023, esse ajuste considera tanto os preços de venda no mercado quanto a produtividade das florestas da Empresa. Esse movimento reflete a estabilização dos preços da madeira em patamar elevado, resultando em um impacto menor na reavaliação dos ativos florestais.

O Resultado do exercício apresentou um prejuízo de (R$ 274), comparado ao lucro líquido de R$ 53.561 de 2023.

São Paulo, maio de 2025 — A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/12/2024	(não auditado) 31/12/2023
CIRCULANTE		**82.027**	**133.249**
Caixa e equivalentes de caixa	3	62.269	49.422
Contas a receber	4	3.989	49.393
Contas a receber partes relacionadas		-	56
Estoques	5	8.729	11.984
Impostos e contribuições a recuperar	6	2.998	666
Outras contas a receber		41	6.288
Outras contas a receber partes relacionadas		3.619	14.959
Demais créditos		382	481
NÃO CIRCULANTE		**487.955**	**393.055**
Valores a receber		9	470
Impostos e contribuições a recuperar	6	819	396
Imobilizado	7	20.070	19.627
Ativos de direito de uso	8	106.639	92.219
Ativos biológicos	9	360.306	280.343
Intangível	10	112	-
TOTAL DO ATIVO		**569.982**	**526.304**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2024	(não auditado) 31/12/2023
CIRCULANTE		**95.489**	**79.114**
Empréstimos e financiamentos	11	57.269	3.558
Fornecedores		3.778	4.008
Fornecedores partes relacionadas		-	151
Passivos de arrendamento	8	8.033	5.844
Obrigações com pessoal		3.715	3.058
Adiantamento de clientes		20.955	44.459
Contas a pagar e impostos	12	1.739	5.315
Dividendos a pagar		-	12.721
NÃO CIRCULANTE		**167.870**	**154.849**
Empréstimos e financiamentos	11	25.692	27.393
Passivos de arrendamento	8	112.587	97.119
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	27.970	28.044
Adiantamentos de clientes		1.621	2.293
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	**306.623**	**292.341**
Capital social		232.112	227.045
Adiantamento para futuro aumento de capital		9.489	-
Reservas de lucros		65.022	65.296
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**569.982**	**526.304**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de Reais)

	Capital Social	AFAC	Reservas de Lucros - Reforço de capital de giro	Lucros Acumulados	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**195.880**	-	**24.456**	-	-	**220.336**
Resultado abrangente do exercício:						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	53.561	-	53.561
Total do Resultado abrangente do exercício:	-	-	-	**53.561**	-	**53.561**
Aumento de capital a integralizar	31.165	-	-	-	-	31.165
Constituição de reserva legal	-	-	2.678	(2.678)	-	-
Dividendos	-	-	-	(12.721)	-	(12.721)
Destinação de reservas	-	-	38.162	(38.162)	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2023 (não auditado)	**227.045**	-	**65.296**	-	-	**292.341**
Resultado abrangente do exercício:						
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(274)	(274)
Total do Resultado abrangente do exercício:	-	-	-	-	**(274)**	**(274)**
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	-	9.489	-	-	-	9.489
Aumento de capital	1.448	-	-	-	-	1.448
Aumento de capital a integralizar	3.619	-	-	-	-	3.619
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	(274)	-	274	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	**232.112**	**9.489**	**65.022**	-	-	**306.623**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	(não auditado) 31/12/2023
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	16	**22.702**	**100.362**
Variação do valor justo dos ativos biológicos	9	7.632	82.220
Custo dos produtos vendidos	17	(30.597)	(115.327)
LUCRO BRUTO		**(263)**	**67.255**
Outros resultados operacionais		5	111
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**(258)**	**67.366**
Resultado financeiro	18	35	373
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		**(223)**	**67.739**
Imposto de renda e contribuição social - correntes	19	(126)	(5.259)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	19	75	(8.919)
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(274)**	**53.561**
(Prejuízo) Lucro líquido por ação		**(0,00094)**	**0,21875**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de Reais)

	31/12/2024	(não auditado) 31/12/2023
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(274)	53.561
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	**(274)**	**53.561**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de Reais)

	31/12/2024	(não auditado) 31/12/2023
Atividades Operacionais:		
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**(223)**	**67.739**
AJUSTES POR:		
Depreciação, amortização e exaustão	7.006	85.988
Variação do valor justo ativo biológico	(7.632)	(82.220)
Juros, variações cambiais e monetárias líquidas	5.833	2.163
Provisões, baixas de ativos	(125)	(5.259)
(Aumento) Redução em ativos		
Contas a receber	45.460	(39.301)
Estoques	3.255	13.550
Outros contas a receber	461	18.390
Demais ativos	18.550	899
Aumento (Redução) em passivos		
Fornecedores	(381)	(9.487)
Obrigações com pessoal	657	962
Adiantamento de clientes	(23.504)	43.112
Contas a pagar	(14.209)	6.304
Caixa proveniente das operações	**35.148**	**102.840**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.760)	(3.757)
Juros pagos	(884)	(513)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**31.504**	**98.570**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
Investimentos em ativo imobilizado	(5.513)	(1.927)
Investimentos em ativo biológico	(51.233)	(48.069)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(56.746)**	**(49.996)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:		
Ingressos de financiamentos	50.000	-
Amortização do valor principal de financiamentos	(2.823)	(1.597)
Amortização de passivos de arrendamentos	(20.025)	(15.605)
Aumento de capital	10.937	9.931
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**38.089**	**(7.271)**
AUMENTO DO CAIXA NO EXERCÍCIO	**12.847**	**41.303**
SALDO INICIAL	**49.422**	**8.119**
SALDO FINAL	**62.269**	**49.422**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Com sede social na cidade de Maceió, Estado de Alagoas, a Caetex Florestal S.A. ("Empresa") é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Duratex Florestal Ltda., e participação da Usina Caeté S.A. e Jaraguá Agrícola LTDA. A Empresa tem como atividade principal a silvicultura, a agropecuária e a comercialização de produtos relacionados a essas atividades. A emissão das demonstrações financeiras da Caetex Florestal S.A. foi aprovada pela Administração em 16 de maio de 2025.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação: A preparação das demonstrações financeiras requer uso de certas estimativas contábeis críticas, e análise e julgamento por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.3. Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira: 2.3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa e, também, a moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

2.4. Adoção das normas de contabilidade novas e revisadas: 2.4.1. Normas e interpretações novas e revisadas adotadas pela Empresa a partir de 1º de janeiro de 2024

Pronunciamento	Alteração
CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 (R1) / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros	As alterações introduzem novas divulgações relacionadas aos acordos de financiamento com fornecedores ("Risco sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma Companhia e sobre a exposição da Companhia ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.
CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos	A alteração especifica os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.
CPC 26 (R1) / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por, no mínimo, doze meses da data do balanço patrimonial.

2.4.2. Alterações que serão adotadas posteriormente ao exercício de 2024:

Pronunciamento	Alteração
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	Em 9 de abril de 2024, o IASB anunciou a publicação da nova norma IFRS 18, a fim de melhorar a divulgação do desempenho financeiro e oferecer aos investidores uma base melhor para analisar e comparar as empresas, sendo: • Comparabilidade aprimorada nas demonstrações de resultados com a introdução de três categorias definidas para receitas e despesas - operacional, investimentos e financiamentos, melhorando a estrutura e exigindo o fornecimento de novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; • Transparência aprimorada das medidas de desempenho definidas pela Administração com a exigência da divulgação de explicações sobre os indicadores relacionados às demonstrações de resultados, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; e • Agrupamento mais útil de informações nas demonstrações financeiras, estabelecendo orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas.

2.5. Continuidade operacional: A Administração avaliou a capacidade da Empresa e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Empresa possui um capital circulante líquido ("CCL") negativo de (R$13.462) em 2024 (e positivo de R$54.135 em 31 de dezembro de 2023). A diretoria da Empresa monitora de forma constante seu CCL e sua capacidade de continuar operando normalmente, o qual foi impacto pelo empréstimo adquirido em 2024 vide nota 11 e que foi liquidado de maneira subsequente em abril de 2025. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

2.6. Resumo das políticas contábeis materiais: As principais políticas contábeis que a Empresa adotou de forma consistente nos exercícios estão apresentadas de maneira resumida nas respectivas notas explicativas.

2.7. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para contabilização de certos ativos e passivos e outras transações. A definição das estimativas e julgamentos contábeis adotados pela Administração foi elaborada com a utilização das informações disponíveis na data, envolvendo experiência de eventos passados e previsão de eventos futuros.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política Contábil: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/2024	(não auditado) 31/12/2023
Caixa e bancos	27	23
Certificados de depósitos bancários	62.242	49.399
Total	**62.269**	**49.422**

Em 31 de dezembro de 2024, a remuneração média anual das aplicações financeiras equivale a 101,79% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (103,13% em 31 de dezembro de 2023).

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2024	(não auditado) 31/12/2023
Clientes no País	3.989	49.393
Total de clientes - Terceiros	**3.989**	**49.393**
Total de clientes - Partes Relacionadas	-	**56**
Total contas a receber	**3.989**	**49.449**

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	31/12/2024	(não auditado) 31/12/2023
A vencer	3.989	49.449
Total	**3.989**	**49.449**

O saldo de contar a receber refere-se, na sua totalidade, a operações de curto prazo e assim não são ajustadas a valor presente por não representarem ajustes relevantes nas Demonstrações Financeiras. Estima-se que o valor justo destas contas a receber seja substancialmente similar ao seu valor contábil.

5. ESTOQUES

Política Contábil: Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realizações, dos dois o menor. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão da produção e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

5.1. Composição

	31/12/2024	(não auditado) 31/12/2023
Produtos acabados	1.787	3.838
Matérias primas	3.619	4.448
Almoxarifado geral	3.499	3.698
Perda estimada na realização dos estoques	(176)	-
Total	**8.729**	**11.984**

	31/12/2024
Saldo inicial	-
Constituições	(176)
Saldo final	**(176)**

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

A Empresa possui créditos tributários federais e estaduais a recuperar, conforme composição demonstrada no quadro a seguir:

	31/12/2024	(não auditado) 31/12/2023
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.513	116
ICMS / PIS/ Cofins sobre aquisição de Imobilizado	1.041	515
ICMS e IPI a recuperar	224	26
Outros	220	9
Total circulante	**2.998**	**666**
ICMS/ PIS/ COFINS sobre aquisição de Imobilizado	819	396
Total não circulante	**819**	**396**

7. IMOBILIZADO

Política contábil: Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção, inclusive os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos que demandam certo tempo para ficar prontos, líquidos da depreciação acumulada apurada pelo método linear, considerando-se a estimativa de vida útil-econômica dos respectivos itens, que é revisada ao final de cada exercício. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, e somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, no período de ocorrência. O valor do ativo imobilizado é reduzido para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros resultados operacionais, líquidos". Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço. Durante o exercício de 2024, não foi observado mudanças em relação as vidas úteis apresentadas em 2023.

7.1. Movimentação do imobilizado

	Construções e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizações em andamento	Móveis e utensílios	Veículos	Outros ativos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**447**	**19.841**	**78**	**151**	**2.305**	**203**	**23.025**
Aquisições	-	-	1.521	-	-	406	1.927
Depreciações	(18)	(4.610)	-	(19)	(554)	(124)	(5.325)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**429**	**15.231**	**1.599**	**132**	**1.751**	**485**	**19.627**
Custo	454	27.560	1.599	183	2.926	651	33.373
Depreciação acumulada	(25)	(12.329)	-	(51)	(1.175)	(166)	(13.746)
Taxa de depreciação (% a.a.)	**4,00%**	**17,38%**	-	**10,00%**	**20,0% a 25,0%**	**10,0% a 20,0%**	
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	**429**	**15.231**	**1.599**	**132**	**1.751**	**485**	**19.627**
Aquisições	356	705	4.333	25	7	87	5.513
Baixas	-	347	(347)	-	-	-	-
Depreciações	(19)	(4.429)	-	(19)	(466)	(137)	(5.070)
Transferências	178	4.732	(5.327)	12	220	185	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**944**	**16.586**	**258**	**150**	**1.512**	**620**	**20.070**
Custo	988	33.188	258	220	3.153	1.159	38.966
Depreciação acumulada	(44)	(16.602)	-	(70)	(1.641)	(539)	(18.896)
Taxa de depreciação (% a.a.)	**3,04%**	**13,78%**	-	**9,89%**	**14,76%**	**10,0% a 20,0%**	

8. DIREITO DE USO E ARRENDAMENTOS

Política contábil: De acordo com CPC 06 (R2) - IFRS 16, um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

Ativos de Direito de Uso: Os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento, quando o ativo subjacente está disponível para uso. São mensurados pelo custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, ajustados por remensuração dos passivos de arrendamento. A depreciação é linear, com base no menor entre o prazo do arrendamento e a vida útil do ativo.

Passivos de Arrendamento: Na data de início dos arrendamentos, os passivos de arrendamento são reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos futuros, a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Pagamentos variáveis não dependentes de índices são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem, exceto se forem relacionados à produção de estoques.

8.1. Ativos de direito de uso

	Terras	Veículos	Outros	Total
Saldo em 31/12/2022	**77.998**	**123**	-	**78.121**
Novos contratos	18.265	1.831	103	20.199
Atualizações	2.069	12	3	2.084
Depreciação no período (resultado)	-	(1.156)	(31)	(1.187)
Depreciação no período (*)	(6.998)	-	-	(6.998)
Saldo em 31/12/2023 (não auditado)	**91.334**	**810**	**75**	**92.219**
Novos contratos	19.403	2.289	-	21.692
Atualizações	3.075	9	-	3.084
Depreciação no período (resultado)	-	(964)	(32)	(996)
Depreciação no período (*)	(9.360)	-	-	(9.360)
Saldo em 31/12/2024	**104.452**	**2.144**	**43**	**106.639**

(*) Valor contabilizado no custo de formação das reservas florestais na rubrica de ativo biológico.

8.2. Passivos de arrendamento

	Terras	Veículos	Outros	Total
Saldo em 31/12/2022	**85.641**	**123**	-	**85.764**
Novos contratos	18.265	1.831	103	20.199
Atualizações	2.069	12	3	2.084
Juros apropriados (resultado)	-	180	8	188
Juros apropriados (*)	10.333	-	-	10.333
Baixa por pagamento	(14.293)	(1.276)	(36)	(15.605)
Saldo em 31/12/2023 (não auditado)	**102.015**	**870**	**78**	**102.963**
Novos contratos	19.403	2.289	-	21.692
Atualizações	3.075	9	-	3.084
Juros apropriados (resultado)	-	112	4	116
Juros apropriados (*)	12.790	-	-	12.790
Baixa por pagamento	(18.898)	(1.092)	(35)	(20.025)
Saldo em 31/12/2024	**118.385**	**2.188**	**47**	**120.620**

(*) Valor contabilizado no custo de formação das reservas florestais na rubrica de ativo biológico.

As taxas de desconto utilizadas estão apresentadas a seguir:

Prazos dos Contratos	31/12/2024	(não auditado) 31/12/2023
Até 5 anos	11,50%	14,77%
6 a 10 anos	11,67%	14,53%
Acima de 10 anos	11,88%	14,15%

Os vencimentos dos passivos não circulantes de arrendamento consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos:

31/12/2024		(não auditado) 31/12/2023	
Circulante		**Circulante**	
2025	8.033	2024	5.844
Total	**8.033**	**Total**	**5.844**
Não circulante		**Não circulante**	
2025	-	2025	5.790
2026	8.509	2026	6.321
2027	8.318	2027	6.802
2028	6.666	2028	5.503
2029	5.038	2029	3.934
2030 - 2034	23.562	2030 - 2034	16.068
2035 - 2039	16.366	2035 - 2039	8.534
2040 - 2049	24.862	2040 - 2049	24.862
Acima 2050	19.266	Acima 2050	19.305
Total	**112.587**	**Total**	**97.119**

8.3. Efeitos de inflação: A Empresa apresenta, na sequência, os impactos na mensuração e remensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento, ao considerar em sua estimativa a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, considerando a inflação média de 1,3091% a.a. Seguem abaixo os efeitos da inflação nos saldos, quando comparados aos saldos das Demonstrações Contábeis:

Ativos de direito de uso

Fluxo real	31/12/2024	(não auditado) 31/12/2023
Direito de uso	139.250	114.473
Depreciação	(32.611)	(22.254)
	106.639	**92.219**
Fluxo inflacionado	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Direito de uso	220.471	217.182
Depreciação	(32.364)	(30.552)
	188.107	**186.630**

Passivos de arrendamento

Fluxo real	31/12/2024	(não auditado) 31/12/2023
Passivo de arrendamento	277.969	255.990
Juros embutidos	(157.349)	(153.027)
	120.620	**102.963**
Fluxo inflacionado	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Passivo de arrendamento	557.005	567.273
Juros embutidos	(291.287)	(326.282)
	265.718	**240.991**

9. ATIVOS BIOLÓGICOS

Política contábil: As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos os custos estimados de venda no momento da colheita. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas, surgidos do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada no resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo. Os efeitos da variação do valor justo do ativo biológico são apresentados em conta própria na demonstração de resultado. As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

Composição dos saldos: O ativo biológico da Empresa está representado pela floresta em formação localizada no Estado de Alagoas. O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e pelo diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2024	(não auditado) 31/12/2023
Custo de formação dos ativos biológicos	269.979	197.861
Diferencial entre custo e valor justo	90.327	82.482
Saldo final	**360.306**	**280.343**

Movimentação: A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do exercício é a seguinte:

	31/12/2024	(não auditado) 31/12/2023
Saldo inicial	**280.343**	**212.199**
Variação do valor justo		
Preço volume	7.632	82.220
Exaustão	214	(55.988)
Variação do valor histórico		
Formação	73.383	65.400
Exaustão	(1.266)	(23.488)
Saldo total	**360.306**	**280.343**

9.1. Efeito no resultado do valor justo do ativo biológico

	31/12/2024	(não auditado) 31/12/2023
Variação do valor justo	7.632	82.220
Exaustão do valor justo	214	(55.988)
Total do efeito no resultado	**7.846**	**26.232**

O montante da exaustão do exercício está apresentado na rubrica 'Custos dos produtos vendidos' na demonstração do resultado.

9.2. Risco de variação do valor justo dos ativos biológicos: A Empresa adotou várias estimativas para avaliar suas reservas florestais de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC 29 / IAS 41 - "Ativo biológico e produto agrícola". Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as demonstrações financeiras.

9.2.1. Estimativa do valor justo: O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para as florestas com até um ano de vida, que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo. Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita. O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado. As premissas utilizadas foram: i. Fluxo de caixa descontado - volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente) pela taxa de desconto de 8,5% a.a. em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio ponderado da Empresa, o qual é revisado anualmente pela Administração. ii. Preços - são obtidos preços em R$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Empresa, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos. iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorizados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo. iv. Volumes - estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. As estimativas de volume são corroboradas por inventários rotativos realizados por técnicos especialistas a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações financeiras. v. Periodicidade - as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistas no mínimo, trimestralmente, ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

9.2.2. Análise de Sensibilidade: Dentre as variáveis que afetam o cálculo do valor justo dos ativos biológicos, destacam-se a variação: (i) no preço da madeira sendo que aumentos no preço acarretam aumento no valor justo das florestas; e (ii) na taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa sendo que aumentos na taxa acarretam queda no valor justo das florestas. Abaixo o impacto no ativo biológico se consideradas essas possíveis variáveis:

	31/12/2024	(não auditado) 31/12/2023
Preço médio (R$/m3)	111,76	111,76
Taxa de desconto (% a.a)	8,5%	8,5%
Impacto no valor justo		
Queda de preço (5%)	13,0	9,7
Aumento taxa de desconto (0,5%)	2,3	2,7

10. INTANGÍVEL

Política contábil: ***Softwares:*** As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. São amortizadas durante sua vida útil estimada.

Movimentação

	Software	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	-	-
Aquisições	139	139
Amortizações	(27)	(27)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**112**	**112**
Custo	139	139
Amortização acumulada	(27)	(27)
Taxa de amortização (% a.a.)	**19,42%**	

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Política contábil: Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

11.1. Composição dos empréstimos e financiamentos

Modalidade	Data Contratação	Vencimento	Garantias	Encargos	Amortização	31/12/2024 Circulante	31/12/2024 Não Circulante	(não auditado) 31/12/2023 Circulante	(não auditado) 31/12/2023 Não Circulante
CPR - Cédula de Produto Rural Financeira	30/04/2024	Abril 2025		CDI + 0,80% a.a.	no vencimento	53.812	-	-	-
FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste	13/12/2022	Dezembro 2032	Fiança Duratex Florestal, hipoteca de terreno e alienação fiduciária de máquinas	Pré 4,71% até 7,53% a.a	Anual	3.457	25.692	3.558	27.393
Total não circulante						**57.269**	**25.692**	**3.558**	**27.393**

Não há *covenant* estabelecido para o empréstimo no quadro acima.

11.2. Empréstimos e financiamentos por prazo de vencimento

31/12/2024		(não auditado) 31/12/2023	
2025	57.269	2024	3.558
Total circulante	**57.269**	**Total circulante**	**3.558**
2025	-	2025	3.250
2026	4.574	2026	4.300
2027	4.751	2027	4.466
2028	4.933	2028	4.638
2029	4.352	2029	4.083
2030	4.504	2030	4.226
2031	1.605	2031	1.512
2032	973	2032	918
Total não circulante	**25.692**	**Total não circulante**	**27.393**

11.3. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Saldo em 31 de dezembro de 2022	**31.086**
Provisão de juros e atualização monetária	1.975
Amortização do principal	(1.597)
Pagamentos de juros	(513)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	**30.951**
Captações	50.000
Provisão de juros e atualização monetária	5.718
Amortização do principal	(2.824)
Pagamentos de juros	(884)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**82.961**

12. CONTAS A PAGAR E IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

12.1. Composição dos saldos

	31/12/2024	(não auditado) 31/12/2023
Outras contas a pagar	1.220	250
Contas a Pagar - Intercias	16	13
PIS e COFINS a pagar	179	1.725
INSS Rural a pagar	(2)	3
INSS de terceiros	82	63
Outros impostos a pagar	242	924
IRRF / CSLL	2	2.337
Total circulante	**1.739**	**5.315**

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Política contábil: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e sobre a aplicação dos CPCs/IFRS. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A Empresa registra ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias. O reconhecimento desses ativos leva em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. As estimativas dos resultados futuros que permitirão a compensação desses ativos são baseadas nas projeções da Administração, levando em consideração cenários econômicos, taxas de desconto, e outras variáveis que podem não se realizar.

13.1. Composição

	(não auditado) Saldo em 31/12/2022	(não auditado) Resultado do exercício	(não auditado) Saldo em 31/12/2023	Resultado do exercício	Saldo em 31/12/2024
Ativos fiscais diferidos					
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	-	-	-	2.684	**2.684**
Provisões diversas	-	-	-	62	**62**
Total do ativo	-	-	-	**2.746**	**2.746**
Passivos fiscais diferidos					
Ativo biológico	**(19.125)**	(8.919)	**(28.044)**	(2.666)	**(30.711)**
Outros	-	-	-	(5)	**(5)**
Total do passivo	**(19.125)**	**(8.919)**	**(28.044)**	**(2.671)**	**(30.716)**
Total líquido	**(19.125)**	**(8.919)**	**(28.044)**	**75**	**(27.970)**

13.2. Demonstrativo da realização estimada dos ativos de impostos diferidos:

Ano	
2025	2.746
Total	**2.746**

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social: Em 31 de dezembro de 2024, o capital social é de R$ 232.112, dividido em 287.501.092 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 281.480.483 ordinárias e 6.020.609 preferenciais, estas últimas sem direito a voto. Em 14 de junho de 2024, o capital social da Empresa foi aumentado em R$ 5.067, sendo R$ 1.448 integralizado ao capital social, e R$ 3.619 a integralizar até 31 de dezembro de 2025. Durante o ano de 2024, foram efetuados adiantamentos para futuro aumento de capital, restando o saldo de R$ 9.489 em 31 de dezembro de 2024, que será capitalizado na Assembleia Ordinária em 2025.

15. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2024, a empresa possuí cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos dos bens do ativo imobilizado, florestas e estoques. A empresa também mantém em vigência apólices de responsabilidade civil dos executivos em montantes considerados adequados pela Administração.

16. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Política contábil: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos e abatimentos concedidos, sendo reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos, detalhados a seguir, tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. As vendas de produtos são reconhecidas no resultado quando da entrega dos produtos, bem como pela transferência dos riscos e benefícios ao comprador. A reconciliação da receita bruta de vendas para a receita líquida de vendas está assim representada:

	31/12/2024	(não auditado) 31/12/2023
Mercado Interno	27.356	109.871
Receita bruta de vendas	**27.356**	**109.871**
Impostos e contribuições sobre vendas	(4.654)	(9.509)
Receita líquida de vendas	**22.702**	**100.362**

17. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

	31/12/2024	(não auditado) 31/12/2023
Variação nos estoques	19.821	10.246
Remunerações, encargos e Benefícios a empregados	(28.908)	(22.879)
Encargos de depreciação, exaustão e amortização	(7.094)	(85.987)
Custos de transporte	(988)	(1.365)
Custos florestais	(3.952)	(2.697)
Serviços terceiros	(4.575)	(5.708)
Outras custos	(4.901)	(6.937)
Total custos por natureza	**(30.597)**	**(115.327)**

18. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2024	(não auditado) 31/12/2023
Encargos sobre financiamentos - Moeda nacional	(5.717)	(1.976)
Taxas bancárias	(38)	(46)
Rendimento sobre aplicações financeiras	6.718	3.946
Juros de arrendamentos	(116)	(187)
Atualização monetária	(582)	(1.423)
Outras, líquidos de descontos obtidos	(230)	59
Total do resultado financeiro	**35**	**373**

CAETEX FLORESTAL S.A. CNPJ nº 18.842.121/0001-46

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma) (Continuação)

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil: O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), são reconhecidos na Demonstração do Resultado, na rubrica "Imposto de Renda e Contribuição Social", exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no Patrimônio líquido ou no Resultado abrangente. Os impostos correntes são apurados conforme a legislação tributária vigente e são apresentados líquidos no Balanço Patrimonial, por entidade contribuinte, e se aproximam dos montantes a serem pagos ou recuperados. São calculados com base no resultado do exercício, antes da constituição do imposto de renda e contribuição social, ajustados pelas inclusões e exclusões previstas na legislação fiscal vigente.

19.1. Reconciliação do IRPJ e CSLL no resultado: Demonstração da reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal e efetiva:

	31/12/2024	(não auditado) 31/12/2023
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**(223)**	**67.739**
Base imposto de renda e contribuição social - lucro presumido	-	(15.467)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Resultado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	**76**	**(17.773)**
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Adições e Exclusões ao Resultado	**(127)**	**3.595**
Imposto de renda e contribuição social - lucro presumido	-	(5.259)
Diferença de alíquota Lucro Presumido	-	17.773
Valor Justo Ativo Biológico	-	(8.919)
Outras Adições e Exclusões	(127)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro do Exercício	**(51)**	**(14.178)**
No Resultado:	**(51)**	**(14.178)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(126)	(5.259)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	75	(8.919)
Taxa efetiva%	**23%**	**-21%**

20. TRANSAÇÕES NÃO-CAIXA

Em conformidade com o CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa. As atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da Demonstração do Fluxo de Caixa, estão demonstradas abaixo:

	31/12/2024	(não auditado) 31/12/2023
Novos contratos e atualizações de arrendamentos	24.776	22.283
	24.776	**22.283**

DIRETORIA
Diretores: Anderson Lins Machado Fabrizzio Tenório de Carvalho
Marcelo Palmeira dos Santos - Contador - CRC 1SP188.793/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Caetex Florestal S.A.

Abstenção de opinião sobre o desempenho das operações e os fluxos de caixa: Fomos contratados para examinar as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da Caetex Florestal S.A. (Empresa) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Não expressamos opinião sobre as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da Empresa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, pois, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião sobre o desempenho das operações e os fluxos de caixa", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Opinião sobre a posição patrimonial e financeira: Examinamos o balanço patrimonial da Empresa em 31 de dezembro de 2024, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, o balanço patrimonial acima referido apresenta adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para abstenção de opinião sobre o desempenho das operações e os fluxos de caixa: Não fomos contratados para realizar procedimentos de auditoria no início desse exercício quanto aos saldos registrados em 31 de dezembro de 2023. Consequentemente, não foi possivel determinar a existência de eventuais efeitos nos saldos do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2024, que possam ter afetado a apuração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, bem como as correspondentes demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

Base para opinião sobre a posição patrimonial e financeira: Nossa auditoria do balanço patrimonial foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria do balanço patrimonial". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contrados e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentas nossa opinião sobre a posição patrimonial e financeira.

Outros assuntos: *Auditoria dos valores correspondentes*: As demonstrações financeiras da Empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria do desempenho das operações e os fluxos de caixa: Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras da Empresa de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada "Base para abstenção de opinião sobre o desempenho das operações e os fluxos de caixa", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Responsabilidades do auditor pela auditoria do balanço patrimonial: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que o balanço patrimonial está livre de distroção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base no balanço patrimonial.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria do balanço patrimonial. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante no balanço patrimonial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião sobre o balanço patrimonial. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria do balanço patrimonial para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria relacionadas ao balanço patrimonial;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião sobre o balanço patrimonial, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo do balanço patrimonial, inclusive as divulgações e se o balanço patrimonial representa as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de maio de 2025.

EY
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Vanessa Pereira Lima
Contadora CRC SP-282743/O

PREFEITURA DE OLHO D'ÁGUA DAS FLORES
AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 011/2025.2
Tipo: Menor preço por lote de itens. - Processo n.º 20241010033QHEJ
Disponibilidade: https://licitacoes-e2.bb.com.br
Objeto: registro de preços para futura e eventual contratação de empresas especializadas no fornecimento de insumos, reagentes com fornecimento de equipamentos em comodato para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Olho D'Água das Flores - AL.
Data de realização: 05 de junho de 2025, às 09h15min.
Informações: cploafloresalagoas@outlook.com

LUCIANO DA SILVA SOUSA
Pregoeiro

PREEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ/AL
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA AGRICULTURA FAMILIAR Nº 001/2025
O Município de Jundiá do Estado de Alagoas, através da Secretaria Municipal de Educação, e em conformidade com as condições previstas na Resolução/CD/FNDE nº 06/2020 visando ao atendimento da alimentação escolar dos alunos da educação Básica vinculados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE/FNDE, torna público que estará prorrogando o prazo de credenciamento para recebimento de projetos, das 08hs às 14hs durante o ano vigente. O edital e informações complementares, encontra-se à disposição dos interessados, na sala da Comissão de Contratação, situada na Rua do Comercio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000, na Cidade de Jundiá - AL e no site oficial do Município https://jundia.al.gov.br/, informações: no e-mail: cpl.jundia.al@gmail.com. Jundiá - AL, 22 de maio de 2025. Renan Pereira de Souza**.** Secretária Municipal de Educação

---

Santander

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 06 de junho de 2025, a partir das 09h50min
2º LEILÃO: 10 de junho de 2025, a partir das 13h50min (*horário de Brasília)

SOLD

Alexandre Travassos, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, 1177 – Jardim Elisa – Embu das Artes/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo presencial e/ou online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos da Cédula de Crédito Bancário, nº 0010386531, firmado em 14/08/2023, com o(s) **Fiduciante(s) GIVALDO FERREIRA TORRES/ELIZABETH BARBOSA MOURA TORRES**, maior/maior, inscrito no CPF nº 679.795.054-68/787.676.874-15, no dia **06 de junho de 2025, a partir das 09h50min** em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 187.338,03 (Cento e oitenta e sete mil, trezentos e trinta e oito reais e três centavos)**, **o imóvel matriculado sob nº 15.538 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Rio Largo/AL**, constituído pela Casa Residencial situada na Rua em Projeto "A", nº 38, do Loteamento Recanto dos Palmares, lote nº 38 da Quadra A, bairro Prefeito Antonio Lins de Souza, em Rio Largo/AL, com área de terreno de 120,00m² e área construída de 81,41m². Cadastro Municipal: 22538. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.05 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel Ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **10 de junho de 2025, a partir das 13h50min**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 129.822,66 (Cento e vinte e nove mil, oitocentos e vinte e dois reais e sessenta e seis centavos)**, nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). **O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a)**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), e solicitar habilitação até 01 (uma) **hora do início do leilão**. **Outras informações no site do leiloeiro(a)**: Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) ou telefone (11) 4950.9602 ou e-mail imoveis.sac@superbid.net. Dossiê: 02.24020.

MUNICÍPIO DE ROTEIRO

AVISOS DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025-SRP
Modalidade/Nº: Pregão Eletrônico nº 01/2025-SRP – Tipo: Menor Preço – Objeto: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada no serviço funerário continuado com fornecimento de urna e translado – **Data/Horário: 06 de JUNHO de 2025, às 10:00 (dez horas) - (horário de Brasília)** – O Edital em inteiro teor encontra-se disponível no site: http://bnc.org.br/, no endereço sede da Prefeitura localizada na Rua João Pedro, 551, Centro, CEP 57.246-000, na cidade de Roteiro, em dias úteis, no horário das 08 às 13 horas, ou por meio eletrônico, mediante solicitação enviada ao e-mail: licitacao.roteiro25@gmail.com.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025-SRP
Modalidade/Nº: Pregão Eletrônico nº 02/2025-SRP – Tipo: Menor Preço – Objeto: Registro de preços para eventual e futura contratação de Medicamentos e Correlatos – Data/Horário: 06 de JUNHO de 2025, às 13:00 (treze horas) - (horário de Brasília) – O Edital em inteiro teor encontra-se disponível no site: http://bnc.org.br/, no endereço sede da Prefeitura localizada na Rua João Pedro, 551, Centro, CEP 57.246-000, na cidade de Roteiro, em dias úteis, no horário das 08 às 13 horas, ou por meio eletrônico, mediante solicitação enviada ao e-mail: licitacao.roteiro25@gmail.com.

THIAGO FABRICIO SANDES COSTA
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO CASADO
AVISOS DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 012/2025
2ª. CHAMADA

Tipo: menor preço por grupo de itens; - Processo n.º 0402.0007/2025;
Disponibilidade: https://licitacoes-e2.bb.com.br;
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de pneus, câmara de ar e protetor de câmara de ar, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos;
Data de realização: 05 de junho de 2025, às 09h (horário de Brasília);
Informações: licitação.odc@outlook.com.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 013/2025

Tipo: menor preço por grupo de itens; - Processo n.º 0331.0004/2025;
Disponibilidade: https://licitacoes-e2.bb.com.br;
Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de refeições prontas e coffee break, com opção de quentinhas e prestação de serviço com garçom, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos;
Data de realização: 06 de junho de 2025, às 09h (horário de Brasília);
Informações: licitação.odc@outlook.com.

Olho D'Água do Casado/AL, 21 de maio de 2025.
LUZIA CRISTINA DE ALMEIDA
Pregoeira

---

nio **COMUNICADO LANÇAMENTO COMERCIAL**

A Nio (Client Co Serviços de Rede Nordeste S.A.), autorizatária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) modalidade local , comunica ao público em geral o lançamento comercial das PUCs (Prestação, utilidade ou comodidade) abaixo e os valores máximos homologados, com vigência a partir de 26 de maio de 2025, com data-base para futuros reajustes tarifários a partir de julho/2025, tendo como parâmetro o Índice de Serviços de Telecomunicações - IST relativo ao mês de março de 2024 como básico para o cálculo do reajuste.

Serviços	Incidência	Valores em Reais AL
Chamada em espera - PUC 008	Mensal	17,00
Siga-me - PUC 009	Mensal	17,00
Consulta/Conferência - PUC 010	Mensal	17,00
Identificador de chamada - Habilitação - PUC 011	Eventual	59,19
Identificador de chamada - Mensal - PUC 011	Mensal	42,04
Pagamento sem Conta Telefônica- Eventual - PUC 047	Eventual	6,39
Pagamento com Ficha de Compensação - Eventual - PUC 047	Mensal	6,39

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
AVISO DE LICITAÇÂO
UASG Nº 926703
PREGÃO ELETRÔNICO CPL/ALICC – N.º 094/2025
(Comprasnet nº 90094/2025)

Processo nº 5800.135779/2024.
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos judicializados.
Abertura das Propostas: 04/06/2025 às 09:00h.
(Horário de Brasília) no site **http://www.comprasnet.gov.br/**

Maceió/AL, 22 de maio de 2025.
Marília Peixoto Barbosa
Diretor da Diretoria Especial de Licitações e Contratos ALICC-PMM

MUNICÍPIO DE SÃO BRÁS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 06/2025 PMSB

O Município de São Brás, em atendimento às disposições legais, torna público, para conhecimento de todos, a realização de licitação, na modalidade acima especificada, tipo menor preço por ITEM e mediante informações a seguir: OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa para aquisição de equipamentos, matérias e câmeras de segurança. **DATA DE DISPUTA DE LANCES: 06 de junho de 2025, às 10h00min, horário de Brasília.** LOCAL: site do licitanet: www.licitanet.com.br. BASE LEGAL: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 33, de 10 de janeiro de 2024. O Edital e informações complementares, encontra-se à disposição dos interessados, no site oficial do Município em www.saobras.al.gov.br e ainda através do site www.licitanet.com.br no caso de sua ineficiência poderá ser solicitado pelo e-mail: prefeitura.saobras@gmail.com.

São Brás/AL, 22 de maio de 2025
KLINGER QUIRINO SANTOS
Prefeito

PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

AVISO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025

Objeto:Aquisição com instalação de uma plataforma elevatória eletro-hidráulica para caminhão.
Certame licitatório:05/06/2025, às 9h (horário de Brasília).
Informações gerais: O edital poderá ser retirado gratuitamente no sítio **www.licitanet.com.br**, ou no sítio **www.tjal.jus.br**, em Licitações.

Maceió, 21 de maio de 2025.
JOCELINE COSTA DUARTE DAMASCENO
Pregoeiro (a)

MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
Primeiro Termo Aditivo de Reajuste do Valor do Contrato, ao Contrato Administrativo N° 03/2023
Processo Nº 0400.003118.2025
Objeto: Contratação de empresa especializada para Ampliação e Reforma de Quadras Poliesportiva no Município de Delmiro Gouveia/AL
Contratante: Município de Delmiro Gouveia – AL - CNPJ: 12.224.895/0001-27
Contratada: UCHÔA CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.276.767/0001-12
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO VALOR:
O valor a ser reajustado será e R$ 138.130,22 (Cento e trinta e oito mil cento e trinta reais e vinte e dois centavos) aplicado sobre os itens a serem medidos do saldo remanescente da planilha a partir da 14ª Medição. Conforme planilhas anexadas. Índice de reajuste de 14,45% (quatorze virgula quarenta e cinco por cento), com base no Índice Nacional da Construção Civil (INCC).
Rosangella Freire Rocha de Menezes Costa
Secretária de Adm. e Recursos Humanos
Decreto nº 01/2021 de 04 de janeiro de 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE SATUBA/AL
AVISOS DE LICITAÇÃO
O MUNICÍPIO DE SATUBA, através da Secretaria de Admin**istração e Recursos Humanos avisa que realizará licitação conforme resumo: Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025** (BNC- BOLSA NACIONAL DE COMPRAS) Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa para a prestação de serviços de agenciamento de viagens (reserva, emissão, marcação/remarcação, fornecimento e cancelamento de passagens aéreas), destinados aos servidores e demais autoridades integrantes do Poder Executivo Municipal de Satuba – AL. Tipo: Menor preço – Item. Data e hora da sessão de disputa: 05/06/2025, às 09:00h (horário de Brasília). LOCAL: Sistema eletrônico do BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS., através do site www.bnc.org.br. Os interessados poderão retirar o Edital através do site: www.bnc.org.br e se credenciarem junto ao BNC- BOLSA NACIONAL DE COMPRAS, no endereço http://bnc.org.br/sistema, ou através do portal do município: satuba.al.gov.br/portal/licitacoes-2-2/ Informações pelo e-mail: prefeituramunicipalsatuba2021@gmail.com.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2025 (BNC- BOLSA NACIONAL DE COMPRAS) Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção, destinados a atender as demandas setoriais das Secretarias Municipais do Poder Executivo do Município de Satuba/AL. Tipo: MAIOR DESCONTO NO LOTE. Data e hora da sessão de disputa: 05/06/2025, às 11:30h (horário de Brasília). LOCAL: Sistema eletrônico do BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS., através do site www.bnc.org.br. Os interessados poderão retirar o Edital através do site: www.bnc.org.br e se credenciarem junto ao BNC- BOLSA NACIONAL DE COMPRAS, no endereço http://bnc.org.br/sistema, ou através do portal do município: satuba.al.gov.br/portal/licitacoes-2-2/ Informações pelo e-mail: prefeituramunicipalsatuba2021@gmail.com. Satuba/AL, 22 de maio de 2025. Fabia Romana Ramos Telles Santos. Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO/AL
Aviso de Licitação (Gêneros Alimentícios para compor a Merenda Escolar)
Pregão Eletrônico Nº 05/2025 Tipo: MENOR PREÇO, POR ITEM. OBJETO: Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Gêneros Alimentícios para compor a Merenda Escolar, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de São Sebastião/AL.
DATA, HORA E LOCAL: Dia 06 de junho de 2025, às 08h, (Horário de Brasília) https://bnc.org.br
São Sebastião - AL, 22 de maio de 2025.
Welvis de Oliveira Silva - Pregoeiro

Aviso de Licitação (AMBULÂNCIA TIPO A)
Pregão Eletrônico Nº 06/2025 Tipo: MENOR PREÇO, POR ITEM. OBJETO: Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Ambulância Tipo A (Transporte Simples), destinados atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de São Sebastião/AL.
DATA, HORA E LOCAL: Dia 06 de junho de 2025, às 08h, (Horário de Brasília) https://bnc.org.br
São Sebastião - AL, 22 de maio de 2025.
Welvis de Oliveira Silva - Pregoeiro

Sociedade Alagoana de Infectologia - SAI, Maceió/AL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIO - AGE

O Presidente da SAI - Sociedade Alagoana de Infectologia, inscrita no CNPJ 12.843.264/0001-96, no uso das atribuições conferidas pelo estatuto Social, convoca os senhores associados a comparecer no dia 22.08.2025 das 8:00 às 17:00 horas na secretaria do Hospital Escola Dr. Hélvio Auto para realização da eleição da SAI para o biênio 2025-26.
Com finalidade de resguardar a lisura e a transparência das eleições, foi criada durante a reunião ordinária do dia 21 de maio de 2025, a Comissão Eleitoral, sendo estabelecidas suas atribuições, estrutura, prazos e procedimentos.

Maceió, 23 de maio de 2025
Presidente da SAI

MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Concorrência Pública 05/2025.
PROCESSO Nº 1000.004171.2025.
Objeto: Contratação de empresa para execução de obra construção de Quadras Poliesportivas Cobertas nas comunidades de Caraíbas do Lino e Alto Bonito no município de Delmiro Gouveia/Al, em conformidade com projetos, especificações do memorial descritivo, orçamento, cronograma físico financeiro e termo de referência, em conformidade com as normas e regulamentos pertinentes, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no edital, conforme lei federal 14.133/2021 e suas alterações.
Critério de Julgamento: Menor Preço Global.
Endereço do Portal: **https://licitanet.com.br/**
Data: 09 de junho de 2025.
Horário: 09:00HS (Horário de Brasília).
Informações: **cpl@delmirogouveia.al.gov.br**
Elaine Caroline Rodrigues Martins
Agente de Contratação

Eletrobras

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - ELETROBRAS CHESF
CNPJ/MF nº 33.541.368/0001-16

RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

A COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - ELETROBRAS CHESF, CNPJ 33.541.368/0001-16, situada à Rua Delmiro Gouveia, 333 - San Martin - Recife/PE - CEP: 50761-901, torna público que requereu do Instituto do Meio Ambiente do Estado do Alagoas - IMA/AL, no dia 13/03/2025 e recebeu no dia 20/05/2025 a Renovação de Licença de Operação nº 2025.20051644986.EXP.LON, com validade até 20/05/2027, em favor do empreendimento LINHA DE TRANSMISSÃO 230KV RIO LARGO II/BRASKEM - C1, localizada entre os municípios de Coqueiro Seco, Maceió, Rio Largo, Santa Luzia do Norte e Satuba/AL.

Engº Tony Ulysses Rodrigues de Matos Firmino
Diretor de Operação

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRO/AL

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2025
O Município de Junqueiro do Estado de Alagoas, através da Secretaria Municipal de Administração, Patrimônio e Recursos Humanos, e em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, torna público a realização de credenciamento para contratação de leiloeiro público oficial com a finalidade de preparar, organizar, divulgar e intermediar a alienação de bens móveis inservíveis do Município de Junqueiro/AL. Data do Recebimento das Propostas: a partir de 23 de maio de 2025. O edital e informações complementares, encontra-se à disposição dos interessados, na sala da Comissão de Contratação, situada na Rua Praça Aurélio Góis, sem número, Bairro Centro, CEP 57.270-000, na Cidade de Junqueiro-AL e no site oficial do Município www.junqueiro.al.gov.br.

Junqueiro-AL, 22 de maio de 2025.

Max Alan de Barros Marques

Secretário Municipal de Administração, Patrimônio e Recursos Humanos

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIAÇABUÇU/AL
AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025-SRP - Tipo: Menor Preço – Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE AMBULANCIAS Data/Horário: 11 de junho de 2025 às 09:00hs (nove horas – horário de Brasília). O edital encontra-se disponível no site http07/www.bnc.org.br, https://piacabucu.al.gov.br/, na Sede da Secretaria Municipal de Compras, Convênios e Licitações, sediado na Praça São Francisco de Borja, s/n, Centro, Piaçabuçu/AL, das 08 às 14 horas em dias úteis, e mediante solicitação enviada ao e-mail Licipmp@gmail.com.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2025-SRP - Tipo: Menor Preço – Objeto: Registro de Preço para eventual e futura aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CESTA BASICA) Data/Horário: 11 de junho de 2025 às 11:00hs (onze horas – horário de Brasília). O edital encontra-se disponível no site http07/www.bnc.org.br, https://piacabucu.al.gov.br/, na Sede da Secretaria Municipal de Compras, Convênios e Licitações, sediado na Praça São Francisco de Borja, s/n, Centro, Piaçabuçu/AL, das 08 às 14 horas em dias úteis, e mediante solicitação enviada ao e-mail Licipmp@gmail.com.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2025-SRP - Tipo: Menor Preço – Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, COM LOTES EXCLUSIVOS PARA ME/EPP Data/Horário: 13 de junho de 2025 às 09:00hs (nove horas – horário de Brasília). O edital encontra-se disponível no site http07/www.bnc.org.br, https://piacabucu.al.gov.br/, na Sede da Secretaria Municipal de Compras, Convênios e Licitações, sediado na Praça São Francisco de Borja, s/n, Centro, Piaçabuçu/AL, das 08 às 14 horas em dias úteis, e mediante solicitação enviada ao e-mail Licipmp@gmail.com. Piaçabuçu/AL, 22 de maio de 2025. José Fabiano da Silva Santos. Pregoeiro

CSA deve fazer algumas contratações

Time está dividindo atenções entre três competições: Campeonato Brasileiro da Série C, Copa do Brasil e Copa do Nordeste

Tem grana no caixa. O CSA sabe que pode ser mais agressivo no mercado da bola na abertura das janelas de transferências. A próxima será no Mundial de Clubes de 2 de junho a 10 de julho. Essa será especial por conta da competição. Depois abre a tradicional de 10 de julho a 2 de setembro.

"O departamento de futebol já está em andamento com as contratações, aguardando apenas a questão financeira ser definida. Assim que se resolva, vamos efetivar as contratações para que os atletas logo fiquem disponíveis e possam ajudar na sequência da temporada. Com a vitória diante do Grêmio, também tivemos uma conquista financeira muito importante para a sequência da temporada. Atualmente estamos disputando três competições, sabemos que precisamos fortalecer nosso elenco", explicou o executivo Jadson Oliveira.

INGRESSOS

A direção do CSA está confiante em um bom público neste sábado, quando o time encara o Confiança-SE às 17h no estádio Rei Pelé. Os ingressos seguem os preços do jogo passado. Os valores para a partida variam entre R$ 25 e R$ 240, dependendo do setor do estádio. Na internet, as vendas são feitas exclusivamente pelo site FutebolCard.

O time Marujo está na 8ª posição, com nove pontos, e precisa vencer para subir no G-8. A arquibancada baixa custa R$ 25 (R$ 50 inteira). Já a arquibancada alta (GA ou Curva) o valor é R$ 35 (R$ 70 inteira). Nas cadeiras o azulino paga R$ 120 (R$ 240 inteira).

"Os atletas cumpriram tudo aquilo que pedíamos. Sabíamos do ímpeto do Grêmio, da forma como eles viriam para esse jogo, da cobrança do torcedor, da forma como o torcedor estava esperando o adversário. Eles foram mentalmente muito fortes, suportaram toda a pressão de forma muito organizada para que a gente comemorasse essa classificação. Mas agora é focar tudo no Brasileiro. Temos a certeza da presença grande do nosso torcedor sábado", disse o técnico Higo Magalhães.

O capitão Camacho falou também qual o impacto da conquista contra um gigante do futebol nacional para a sequência da temporada azulina. "Impacta na parte da confiança. Sabemos que quando jogamos como nesses dois jogos fica muito difícil de ganhar da gente, principalmente em casa. Nosso principal objetivo no ano é o acesso, e não podemos esquecer disso", afirmou.

ASSESSORIA



CSA encerra hoje os treinamentos visando o confronto deste sábado diante do Confiança-SE

Clubes avisam que não devem comparecer na eleição da CBF

Desta vez, a eleição da CBF não terá unanimidade. Um grupo de clubes da Séries A e B publicou uma nota afirmando que seus representantes não irão à eleição da entidade máxima do futebol brasileiro, no domingo, em protesto contra a condução do pleito.

Os clubes são: América-MG, Athletico-PR, Atlético-GO, Botafogo-SP, Chapecoense, Corinthians, Coritiba, Cruzeiro, Cuiabá, Flamengo, Fluminense, Fortaleza, Goiás, Internacional, Juventude, Mirassol, Novorizontino, Santos, São Paulo, Sport.

No comunicado, os clubes pedem "democracia, transparência e representatividade" e afirmam discordar do processo. "Estaremos prontos para conversar com a nova gestão, a partir da próxima semana, para que juntos possamos debater como mudar o processo eleitoral e outras demandas dos clubes em prol de um futebol cada vez melhor", diz trecho da nota.

Samir Xaud é o único candidato para substituir Ednaldo Rodrigues na CBF. O presidente eleito da Federação Roraimense de Futebol está no Rio de Janeiro e registrou a chapa domingo para a eleição marcada para o dia 25 na sede da entidade.

Com 25 federações — apenas São Paulo e Mato Grosso não assinaram — e 10 clubes, a candidatura inviabiliza o concorrente Reinaldo Carneiro Bastos, que tinha apoio de 29 clubes, mas apenas duas federações. É necessário o apoio de pelo menos oito federações para inscrição de chapa.

A eleição da CBF está marcada para domingo, às 10h30, na sede da CBF. O voto remoto será permitido para não inviabilizar os clubes em rodada de Campeonato Brasileiro. Samir Xaud, médico de 41 anos, será eleito para mandato de quatro anos - 2025-2029.

A ideia dos clubes é não repetir o simbolismo dos 100% de votos para um novo candidato, como aconteceu em vão na reeleição de Ednaldo Rodrigues há dois meses. Para alguns, a unanimidade gerou certo arrependimento e seria incoerente agora na figura de um candidato do qual não se conhece a exata autonomia para dirigir a CBF.

FLAMENGO

B. Henrique pede anulação do processo

Ao mesmo tempo em que pediu arquivamento da investigação policial, a defesa de Bruno Henrique protocolou em segunda instância, no Tribunal de Justiça do Distrito Federal, um Habeas Corpus solicitando a anulação do processo contra o jogador do Flamengo na Justiça. A alegação é que a competência para julgamento do caso seria da Justiça Federal do DF.

Os advogados entraram com liminar pedindo que, enquanto o pedido de anulação seja analisado, tudo relacionado ao processo seja paralisado. Segundo o documento, a investigação não poderia ser feita pela Justiça Estadual, por causa de alguns pontos: apostas esportivas são reguladas pela União, submetido à autorização do Ministério da Fazenda, segundo leis federais de 2018 e 2023.

O caso envolve empresas e entidades internacionais, além de movimentações financeiras fora do Brasil: "Caso penal iniciado perante a Polícia Federal, a partir de alerta de associação internacional de integridade em apostas esportivas localizada na Bélgica, endereçado à Conmebol e à FIFA, entidades com sede no Paraguai e na Suíça, posteriormente encaminhado à CBF, apontando suspeita levantada por empresas de apostas esportivas baseadas na República de Malta (Europa) e em Curaçao (América do Sul)".

DEPOSITO DE GAS BRASIL LTDA, CNPJ: **44.355.431/0001-46**, **LOT VILA RICA, S/N**, MATA DO ROLO – RIO LARGO/AL, torna público que requereu ao **IMA/AL**, a **Renovação de Licença de Operação – RLO**, para **Comercio Varejista de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)**, localizado na LOT VILA RICA, S/N, MATA DO ROLO – RIO LARGO/AL. Foi determinado estudo de impacto ambiental e/ou não foi determinado estudo de impacto ambiental.

AUTO POSTO CAROLINE LTDA - ME, inscrita no CNPJ: 05.767.699/0001-33, localizada na Rodovia AL 225, Nº 01, Zona Rural, KM 5.9, Piranhas/AL, CEP: 57.460-000, Atividade: Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, Torna público que requereu do Instituto do Meio Ambiente IMA/AL a **RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO** de acordo com as Leis Ambientais Vigentes.

A **EMBALAGOAS LTDA**, inscrito no **CNPJ 53.288.629/0001-45**, lograda na Rodovia AL-485, nº sn, Guaribas, Arapiraca – AL, portadora do CEP: 57.303-234, com atividade principal inscrita no CNAE 52.50-8-04 – (Organização logística do transporte de carga), torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Arapiraca, a **Regularização da Licença de Operação** do empreendimento **EMBALAGOAS**, localizado na Rodovia AL-485, nº sn, Guaribas, Arapiraca – AL.

LUNA L. NUNES AVÍCOLA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 24.321.382/0003-85, localizada Sitio Novo, Nº S/N, Zona Rural, Fazenda Bicas, São Sebastião/AL, com atividade principal Produção de Ovos, torna público que requereu do Instituto do Meio Ambiente, a **renovação da licença ambiental de operação Nº 2023.23101448368.EXP.LON, Granja São Luiz.**

MAP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONDIMENTOS E PLÁSTICOS EIRELI, CNPJ 08.680.499/0001-37, endereço RUA ANTÔNIO MARROQUIM, 119 – BAIXÃO – CEP 57305-430, torna público que requereu ao IMA/AL a **Autorização para Transporte de Produtos Perigosos – ATPP para atividade de CNAE 10.99-6-01 Fabricação de Vinagre, no município de Arapiraca – AL.**

VERDE AMBIENTAL ALAGOAS S.A (CNPJ: 44.992.350/0001-57), torna público que requereu ao IMA/AL, a **Autorização Ambiental para Supressão de Vegetação (ASV) para implantação de uma estação de tratamento de água, localizado no município de União dos Palmares/AL.** Foi determinado o Levantamento Florístico e o Plano de Compensação Ambiental.

SANTANA & BULHÕES AUTO POSTO LTDA, inscrita no CNPJ Nº 10.635.075/0001-00, localizada na Distrito Industrial Ieda Gomes de Barros, Nº 1, Centro, Quadra A, Teotônio Vilela/AL, CEP: 57.265-000, Atividade: Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, Torna público que requereu do Instituto do Meio Ambiente IMA/AL a **RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO** de acordo com as Leis Ambientais Vigentes.

A **Prefeitura Municipal de Feliz Deserto**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF: 12.242.020/0001-58, com sede Administrativa na Rua Dr. Getúlio Vargas, 56 – Centro – CEP: 57.220-000 – Feliz Deserto – AL, informa que requereu junto ao Instituto do Meio Ambiente de Alagoas a **AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL**, para as obras de pavimentação, terraplenagem e drenagem de ruas do Centro de Feliz Deserto, na cidade de Feliz Deserto – AL.

ERIVALDO MATIAS FERNANDES (AGROPECUARIA VAL MATIAS), CNPJ: 46.670.955/0001-57, R CORONEL ALCANTARA, Nº 45, CENTRO – Flexeiras/AL. CEP: 57.995-000. Torna público que requereu ao Instituto do Meio Ambiente – IMA a **regularização da licença de operação, para atividade de comércio varejista animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação.**

POUSADA LUZES DO PATACHO LTDA, inscrito no CNPJ nº 39.487.227/0001-49, localizada no Sítio Casa das Almas, s/n, Zona Rural, Porto de Pedras – AL, torna público que requereu ao Instituto do Meio Ambiente de Alagoas – IMA/AL, a **Regularização da Licença de Instalação – LRI para o empreendimento Pousada Luzes do Patacho, localizada no Sítio Casa das Almas, s/n, Zona Rural, Porto de Pedras – AL**.

IBR HOTELARIA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ: 21.222.685/0001-90, situada na Avenida Doutor Antônio Gouveia, 901, Pajuçara, Maceió – AL, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB a **Regularização da Autorização Ambiental de Operação** para com atividade econômica de Hotéis, para o empreendimento **IBR HOTELARIA – HOTEL IBIS STYLES,** localizado no endereço supracitado. Foi solicitado o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – (PGRS) e o Estudo de Capacidade Ambiental – (ECA).

A **BEZERRA INDUSTRIA DE AÇO E SERVICOS LTDA,** CNPJ 17.754.859/0001-99, ROD BR 316, KM 266 S/N - POLO INDUSTRIAL PILAR /AL CEP: 57.150-000, torna público que requereu a SEMMAPP, a **REGULARIZAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DE OPERAÇÃO, para Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente.**

TOP News



Elenilson Gomes
elenilsontopnews@gmail.com



O industrial Wellington Veiga Pessoa, na companhia da anfitriã, Angela, e seus filhos, Wellington Filho e Cecilinha Veiga Pessoa



As grandes damas presentes à tarde de Angela Maciel, Sonia Tenório e a querida Lucinha



Liége Perez, Márcia Marques e Martha Azevedo



Beta Dirceu e Bibi

A TARDE DE ANGELA MACIEL!



*Neste fim de semana, a coluna **TopNews**, sempre presente aos acontecimentos tops do nosso Estado, registra o aniversário de **Angela Maciel,** que teve como cenário o restaurante **Le Corbu**. Foi um almoço maravilhoso. O restaurante foi transformado e recebeu décor assinada pela cerimonialista **Aline Rijo**. Tudo estava perfeito, mulheres lindas e produzidas em uma tarde crème de la crème. Começamos a registrar a aniversariante, Angela Maciel, na companhia da sua bela família.*



A sempre bela Nicole Bahls, que veio a Maceió especialmente para o níver de Angela Maciel



As belas, destaques na tarde de Angela: Carol Agra e Adriana Tenório



Um super casal, a advogada Carol Agra Tenório, em companhia do seu amado, o juiz Gustavo Tenório

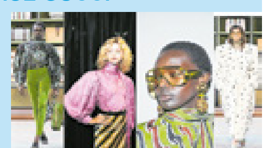


Outra que estava lindíssima na bela tarde de Angela Maciel foi a nossa querida odontóloga Thaisa Leite



A irmã da aniversariante, Márcia Maciel, em companhia de Elenilson Gomes

COLEÇÃO CRUISE GUCCI



A Gucci desfilou sua coleção de Cruise 2026. O desfile trouxe um resgate de acertos de diferentes fases da marca, com em peças que evocam a essência da casa, com alfaiataria refinada, acessórios de impacto e sobreposições espertas. Entre as principais apostas da coleção estão calça de veludo, camisa com manga balão, casaco de pelúcia, acessórios verde máxi, além Jaqueta + bolsa navy.